Estratégia
CONCURSOS

Aul

História Mundial p/ CACD 2018 (Primeira Fase)

Professor: Diogo D'angelo, Pedro Henrique Soares Santos

Sumário

Apresentação 2

Revolução Inglesa 3

Antecedentes da Revolução 3

A guerra Civil Inglesa (1640-1649) 6

A Commonwealth (1649-1660) e a Restauração (1660) 7

A revolução Gloriosa (1688-1689) 8

Revolução Francesa (1789-1799) 11

Antecedentes da Revolução 11

O movimento da Ilustração – Sapere aude! 15

A rebelião aristocrática, a monarquia constitucional e proclamação da I República (1789-1792) 21

A Convenção Nacional, o Terror (1792-1793) e o Diretório (1795-1799) 24

Balanços da Revolução Francesa e alguns conceitos importantes 28

A Era Napoleônica (1799-1815) 35

O Consulado (1799-1804) 35

O Império (1804-1814) e o Governo dos Cem Dias (1815) 36

Exercícios apresentados 52

Apresentação

Olá caro estudante!

É com muita satisfação que entregamos para você nossa aula escrita sobre as, assim conhecidas, Revoluções Burguesas ou Revoluções Liberais. Trataremos aqui, especificamente, das Revoluções Inglesa e Francesa adentrando, também, a "aventura napoleônica". Os movimentos de 1830 e 1848 ficam para outra aula.

Antes de começarmos, gostaríamos de fazer algumas ponderações com você sobre esses temas (e que também valerão para as demais aulas e conteúdos de nosso curso). Desde 2010, as provas para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) têm se tornado bastante detalhistas nas suas questões de história de um modo geral. Em algumas delas, a cobrança chega ao nível de nomes e datas (teremos oportunidades de indicá-los isso depois). Sendo assim, nosso papel como professores fica bem complicado porque teremos de adentrar com mais detalhes cada um dos eventos de temas a serem trabalhados, demandando de você maior leitura! Mas pretendemos realizar isso da maneira mais fácil e tranquila possível.

Gostaríamos igualmente de ressaltar que o conteúdo de Revolução Inglesa é relativamente recente nas provas do CACD. Este conteúdo apareceu a partir de 2013 e surgiu de novo em 2014 (com uma questão em cada ano), mas não foi cobrado em 2015 e 2016. Assim sendo, trataremos desta Revolução com um pouco menos de profundidade, certo?

Em nosso material de hoje (e das demais aulas que se seguirão), apresentaremos o conteúdo e resolveremos questões relativas a ele, comentando o porquê do certo e do errado de cada um dos itens.

Agora, "*Aux armes, citoyens!*"

Revolução Inglesa

Antecedentes da Revolução

Bem, pessoal, para compreendermos adequadamente o processo revolucionário inglês, é importante darmos alguns passos para trás e entender melhor qual era a situação inglesa no período pré-revolucionário.

É comum que os historiadores marquem a ascensão da Dinastia dos Tudor como o pano de fundo dos desenvolvimentos que levariam, enfim, à Revolução. Isso porque é partir da ascensão de Henrique VII (o primeiro Tudor) e, em particular, dos reinados de Henrique VIII e Elizabeth I que convencionalmente consideramos o início do chamado "absolutismo inglês".

O que significa essa palavra, "absolutismo"? Esse termo foi cunhado no século XIX para designar o conjunto do sistema político europeu que vigorava antes da Revolução Francesa (ou seja, pré-1789) em que o rei governava "sozinho" por intermédio de seus ministros. A expressão "rei absoluto" significava, na idade moderna (1453-1789), que o monarca não conhecia na terra outra autoridade secular acima dele. Ou seja, ele encarnava as próprias soberania e legitimidade e, por isso, tinha o direito de governar.

Acontece que nos séculos XVII e XVIII, os reis europeus passaram a governar cada vez mais "sozinhos", ou seja, sem recorrer (ou recorrendo cada vez menos) aos tradicionais ambientes de discussão (mas não de deliberação) chamados – variando conforme o país – de Parlamentos (caso inglês e francês), ou Cortes (caso português e espanhol) ou Dieta (caso do Sacro-Império).

Pois bem, a Inglaterra, embora possuísse muitas particularidades quando comparada aos demais países do continente europeu, passou, gradativamente, por processo similar. Henrique VIII e Elizabeth I, apesar de manterem o Parlamento inglês funcionando com certa regularidade, começaram a concentrar cada vez mais o poder em si, em detrimento do poder da nobreza e dos grupos representados no Parlamento. Um bom exemplo desta maior concentração de poder foi o fortalecimento e o uso político da *Star Chamber*, um tribunal de apelação criado no século XV que, durante o reinado de Henrique VIII, foi utilizado para combater os inimigos do poder real. Posteriormente, os Stuart também a usaram para governar sem o Parlamento.

Para além da concentração de poder real, outro processo do período, também importante para o estouro da revolução e iniciado no período Tudor e continuado durante os Stuart (com modificações), foi o movimento dos cercamentos (*enclosures*).

Os cercamentos foram um movimento capitaneado pela alta nobreza e pela *gentry* (grupo da baixa nobreza dona de terras, de onde surgiu o termo *gentleman*) para demarcar mais "racionalmente" as terras e campos ingleses. O processo completo dos cercamentos alcançou o século XVIII, mas, para nosso escopo, ficaremos com as primeiras "ondas" desse movimento.

Como assim "demarcar mais 'racionalmente'"? Para entender a demarcação dessas terras é preciso ter em mente que o campo – entendido num sentido lato, isto é, as relações de trabalho, o uso do campo para plantar e criar animais etc. – era, em geral, de traços medievais. Dentre as características dos campos medievais estavam a divisão de terras entre herdeiros de uma maneira não tão clara, ausência de demarcações exatas, áreas de um mesmo dono que eram descontínuas (ou seja, por vezes a terra era espalhada em "ilhas" entre terras de outras pessoas), uso de terra comum para pastoreio dos gados da comunidade como um todo. Bem, acontece que nos séculos XVI e XVII, a produção de lã por parte da nobreza e da *gentry* estava em alta e esses grupos queriam organizar melhor os campos para ampliar sua criação de ovelhas.[1] Um dos meios encontrados foi o de tornar as terras contínuas e liquidar com os campos comuns, cercando as propriedades – daí o nome do processo, "cercamentos".

Os interessados em realizar esse empreendimento precisavam gastar bastante com especialistas em medir as áreas, outros para comprovar que eram donos das terras e outros ainda para iniciarem o processo junto ao poder real. Ou seja, os custos dos cercamentos eram muito altos. Óbvio é constatar que as classes de camponeses menos favorecidas não tinham condições de fazer tudo isso, ficando à mercê dos cercamentos alheios, além de perder as áreas comuns. Não queremos com isso dizer que os camponeses pobres eram "roubados", mas que, por vezes, ao negociar as terras com os nobres no processo de demarcação, ficavam com campos menos férteis ou sem condições de criar muitos animais.

Resultado: espoliados das melhores terras e campos, muitos camponeses começaram a sair de suas terras e seguir para as "grandes cidades" da época, criando exércitos de mendigos e desvalidos[2]. Tudo isso gerou enorme descontentamento com o poder real porque as classes mais baixas viam o rei como "pai" que deveria protegê-los, mas que não o estava fazendo.[3]

Aos dois motivos já elencados – concentração do poder real e o descontentamento das classes baixas decorrente dos cercamentos –, devemos adicionar ainda doses de intolerância e perseguição religiosas.

A Inglaterra, no século XVI, também participou da Reforma Protestante. O rei Henrique VIII, por questões políticas, matrimoniais e econômicas as quais fogem ao objetivo desta aula, separou-se (e todo seu reino) da Igreja Católica em 1534 com o Ato de Supremacia. Esse ato, passado no Parlamento, tornava-o autoridade máxima da Igreja da Inglaterra ou Igreja Anglicana. Depois disso, a Igreja inglesa passou por grandes mudanças – com a tradução da Bíblia para o inglês, a adoção do *book of prayers*, mudanças teológicas etc.

---

[1] A avidez por aumentar a produção de ovelhas foi abordada de maneira irônica pelo Chanceler inglês Thomas More em seu livro *Utopia*: "Esses animais são, habitualmente, bem mansos e pouco comem. Mas disseram-me que, no momento, mostram-se tão intratáveis e ferozes que devoram até os homens, devastam os campos, casas e cidades." MORE, Thomas. *Utopia*. Brasília: FUNAG, 2004, 17. Acessível em: http://funag.gov.br/loja/download/260-Utopia.pdf

[2] Marx, três séculos depois da Revolução vai creditar a esse movimento um dos motivos pelos quais a Inglaterra saiu em vantagem na Revolução industrial, por já possuir um contingente de mão-de-obra ocioso no século XVIII.

[3] Vale a pena ressaltar que os Stuart tentaram frear os cercamentos, mas foram incapazes de ir contra o movimento. Essa ação alienou mais ainda os nobres ingleses do governo de Jaime I e Carlos I.

Com esse ato, iniciou-se um período de grande turbulência interna, com o início de várias perseguições aos católicos ingleses e irlandeses.

Essa perseguição aos católicos também se estendeu às outras vertentes do protestantismo que não os anglicanos, como, por exemplo, os puritanos e os anabatistas (alguns dos quais embarcariam no *Mayflower* e iriam para a América), abalando muito a estabilidade do reino durante os séculos XVI e XVII – incluindo até tentativas de assassinato contra Elizabeth I e Jaime I.

Finalmente, temos, então, entre os fatores para desencadear a revolução, a ascensão dos Stuart ao trono inglês. Os Stuart eram os reis escoceses e os parentes mais próximos de Elizabeth I, que morreu sem herdeiros. Em 1603, a Coroa inglesa foi herdada por Jaime I (Jaime VI da Escócia). Para além das questões apontadas acima, Jaime contribuiu ainda mais para o aumento das tensões no reino inglês desenvolvendo o chamado "direito divino dos reis". Para ele – um protestante –, o poder vinha diretamente de Deus para o rei, sendo este somente responsável perante os olhos do Altíssimo e não de nenhum outro mortal (o alvo dele neste escrito era o papado). Contudo, esta concepção de poder diferia completamente da tradição inglesa.

Esta ideia de Jaime I se materializou em seu jeito de governar, que foi herdado por seu filho, Carlos I: cada vez menos ele convocou o Parlamento, governando cada vez mais "sozinho" com seus ministros.

Em 1625, Jaime I morreu e a coroa passou para seu filho Carlos I. Em seu governo, enfrentou graves problemas financeiros. A solução encontrada por seu governo foi convocar o Parlamento inglês em 1628, que, em suas reuniões, aprovou a Petição de Direito (*Petition of Right*, favor não confundir com a ***Bill of Rights***), que continha: a necessidade de consentimento do Parlamento para criação de novos impostos, o fim das prisões arbitrárias, a proibição da lei marcial em tempos de paz e outras medidas. Acossado, o rei fechou o Parlamento à força e alguns de seus membros foram presos.

Em 1640, no entanto, revoltas na Escócia e na Irlanda – advindas, em grande parte por questões religiosas, a tentativa de forçar mudanças no rito presbiteriano escocês e a perseguição religiosa aos católicos irlandeses – aprofundaram a penúria das finanças reais e Carlos se viu na necessidade de convocar o Parlamento inglês depois de quase 12 anos (um período muito longo se considerarmos a tradição inglesa). Esse novo Parlamento criou uma série de leis, como a obrigatoriedade da convocação do Parlamento a cada três anos, além de mecanismos de maior controle parlamentar sobre os ministros e impediu o rei de criar novos impostos.

Diante de uma tal resistência e de tantos problemas, Carlos tentou mais uma vez fechar o Parlamento à força, o que não deu certo.[4] Face à agressão real, o Parlamento decidiu reagir, iniciando a Guerra Civil Inglesa.

[4] Não estamos considerando aqui neste texto a experiência do "Parlamento Curto".

A guerra Civil Inglesa (1640-1649)

Os dois lados da Guerra Civil inglesa eram: o rei, apoiado por parte da alta nobreza e por alguns membros da *gentry*; o Parlamento liderado por inicialmente por Thomas Fairfax e depois por Oliver Cromwell, apoiado majoritariamente pela *gentry*, por grupos mercantis e alguns nobres contrários à política real. Seus interesses eram: por parte do rei, um domínio maior da política inglesa, livre dos constrangimentos do Parlamento, uma Igreja Anglicana mais ritualizada e "catolicizada"; por parte do Parlamento, maior controle sobre os assuntos públicos, aprofundamento dos cercamentos e uma acentuação da reforma religiosa num sentido mais puritano, menos ritualizado.

À primeira vista, o rei possuía vantagem militar pois tinha a seu lado grande parte da tradicional nobreza guerreira. Possuía um exército um pouco maior do que o do Parlamento e mais cavalaria (o que era fundamental para as guerras da idade moderna modernas). No entanto, seus exércitos eram muito rígidos hierarquicamente, contando mais a nobreza do sangue do que a habilidade e a competência. O Parlamento, por sua vez, possuía uma infantaria maior, formada por camponeses pobres e um exército mal-treinado. Cromwell, no entanto, realizou reformas importantes que deram espaço para que homens habilidosos subissem na hierarquia e chegassem a postos de comando. Essa reforma criou o chamado "Exército de Novo Tipo" (*New Model* Army). Afora isso, o próprio Cromwell se demonstrou um grande chefe militar.

Figura 1- Execução do rei Carlos I

O rei foi derrotado pelas forças do Parlamento e então preso. Depois de uma segunda tentativa de organizar uma resistência, foi novamente preso e colocado sob julgamento pelo Parlamento por traição. Este, liderado

por Cromwell, decidiu pela decapitação do rei. Pela primeira vez na história da Europa moderna, um rei era julgado e morto por outra instância de poder.[5] Morto o rei, o Parlamento instaurou uma República sob o liderança de Cromwell, a chamada *Commonwealth*.

A Commonwealth (1649-1660) e a Restauração (1660)

Com a vitória do Parlamento e a formação da *Commonwealth*, a Inglaterra iniciou seus passos para se tornar uma potência colonial e mercantil e a dona dos mares. Durante este período (1649-1660), ampliaram-se as áreas de dominação colonial inglesa na América e outras localidades e se investiu maciçamente na Marinha. Não à toa, suas ambições mercantis e navais a colocaram em vias de choque com os holandeses, com quem travaram uma guerra e saíram vencedores (1652-1654).

Em 1653, diante de crises internas, particularmente no Exército de Novo Tipo, o Parlamento decidiu investir Cromwell de poder político, tornando-o Lorde Protetor da Inglaterra, Escócia, Gales e Irlanda. O título era hereditário.

[5] Em seu discurso de defesa, Carlos chegou a dizer que não entendia porque estava sendo processado por traição se, pela lei, traição significa traição ao rei, ou seja, lesa-majestade. Era o começo de um processo de transformação de conceito que chegaria ao ápice na Revolução Francesa.

Figura 2- Oliver Cromwell: Lorde Protetor dos Britânicos

Em 1658, Cromwell faleceu, passando o título a seu filho, Ricardo. Considerado politicamente fraco e sem o apoio do Exército, Ricardo foi deposto pelos militares. O acúmulo de intervenções do Exército na política inglesa fez com que grupos da nobreza articulassem o retorno dos Stuart, então exilados. Em 1660, após uma reunião do Parlamento (*Convention Parliament*), o filho de Carlos I, Carlos II, foi declarado legítimo monarca. Retornava-se a paz interna para as ilhas britânicas por alguns anos.

A revolução Gloriosa (1688-1689)

Uma nova situação de conflito foi iniciada quando Jaime II ascendeu ao trono inglês em 1685. Tendo se convertido ao catolicismo em 1669, começou a propugnar por tolerância religiosa e igualdade civil aos católicos ingleses. Tendo batizado seu filho e herdeiro na fé católica, e com o avanço da concentração de poder real (ou o que poderíamos chamar de "absolutismo") em outros países da Europa (em particular, a França de Luís XIV), o Parlamento decidiu realizar um golpe contra Jaime II, convidando seu genro, Guilherme de Orange (casado com Maria, que era protestante), para assumir o trono inglês. Um conjunto de navios holandeses invadiu a Inglaterra e Jaime acabou exilado na França. Guilherme assumiu a coroa inglesa depois

de assinar a Declaração de Direitos (***Bill of Rights***) em 1689. Esse documento retirava do rei uma série de poderes e os transferia para o Parlamento, sendo nesse período cunhado o adágio: "O rei reina mas não governa".

Figura 3- Rei Guilherme III e a rainha Maria II

De imediato, a entronização de Guilherme e Maria significou, no plano das relações internacionais, uma maior aproximação da Inglaterra com os holandeses o que, naquele momento, significou a entrada da Inglaterra na **guerra dos nove anos ou guerra da Grande Aliança**. No término deste conflito, Luís XIV reconheceu Guilherme III como soberano legítimo da Inglaterra.

Em termos políticos e econômicos, a Revolução Gloriosa (assim chamada porque não houve derramamento de sangue) significou o controle do Estado inglês pelo Parlamento e os grupos sociais nele contidos, dentre os quais poderíamos destacar uma "nobreza aburguesada" e a burguesia mercantil de grosso trato. Tendo controle dos assuntos públicos, essas classes tomaram várias medidas para "modernizar" a economia – aprofundando os cercamentos, por exemplo – e lançando as bases para a Revolução Industrial.

Vejamos agora uma das questões sobre Revolução Inglesa, particularmente sobre a Revolução Gloriosa (Item 51 da prova de 2014):

> A respeito do contexto da denominada Revolução Gloriosa (1688-1689), julgue (**C** ou **E**) os itens a seguir.
>
> **1**. A Revolução Gloriosa marcou o início de uma nova etapa da relação entre os monarcas ingleses e o Parlamento, cimentada pelo *Bill of Rights* (Declaração de Direitos), em 1689, na qual se estabeleceu que os reis, a partir daquele momento, necessitariam do aval dos representantes políticos para implementar medidas que afetassem áreas importantes da vida no reino.

Comentário:

Como foi dito acima, a partir da Revolução Gloriosa, o rei não mais teria os mesmos poderes que antes, necessitando do Parlamento. Questão fácil! Item correto.

2. Originária da Escócia, a dinastia dos Stuart reinava na Inglaterra desde a morte de Elizabete I, em 1603, apesar das constantes pressões políticas da oposição anglicana, que não se conformava com a entronização de uma linhagem católica.

Comentário:

A dinastia dos Stuart não era uma linha católica, somente seu rei Jaime II era católico e foi retirado do poder. Questão ainda fácil! Item errado.

3. Em 1688, com a deposição de Jaime II, o parlamento inglês dividiu-se em dois grupos, tories e whigs, cujas características políticas correspondiam ao credo religioso professado: os tories, conservadores, eram católicos; os wighs, liberais, eram anglicanos.

Comentário:
Em primeiro lugar, a divisão entre Tories e Whigs não se dá por conta da religião. E em segundo lugar, os tories não eram católicos, ao contrário, advogavam por uma igreja anglicana mais forte. Inclusive, foram contra Jaime II exatamente pelo fato de ele ser católico. Uma dica galera: depois da reforma de 1534, quase não havia grupos que apoiassem o catolicismo na Inglaterra da idade moderna (com a exceção clara de Jaime II). Se vir algo do tipo na prova, desconfie! Questão mediana! Item errado.

4. Para contornar os problemas políticos criados pelo reinado de Jaime II, a solução sucessória, encontrada na Holanda, foi o genro do monarca inglês, Guilherme de Orange, que invadiu a Inglaterra a pedido da oposição e subiu ao trono como Guilherme III, envolvendo os ingleses em seus projetos de vencer militarmente a França de Luís XIV.

Comentário:
Esta seria uma questão fácil não fosse o detalhe no final sobre Luís XIV. Comumente, quando estudamos Revolução Inglesa, não se fala sobre os desdobramentos no campo das relações internacionais da subida de Guilherme III, já que o período moderno tem muitas, muitas guerras. Mas, de fato, a subida do holandês ao trono inglês levou, como dito, à entrada da Inglaterra na guerra contra a França. Também não estranhe o termo "invasão". Os holandeses realmente invadiram a Inglaterra, mas com grande apoio do Parlamento e sem derramamento de sangue. Item correto.

Revolução Francesa (1789-1799)

A Revolução Francesa é um dos eventos mais importantes da contemporaneidade e certamente um dos conteúdos mais significativos da prova do CACD, porque ela inaugura uma nova realidade que impactará todo o advir do século XIX e planta a semente de vários eventos do século XX. Você perceberá que muitos itens da prova sobre o século XIX buscarão a relação com a Revolução. A vertente historiográfica que embasa a prova – em particular as obras de Hobsbawm – tomam este evento como capital para todas as transformações políticas e econômicas posteriores. Desde a prova de 2005 o tema, de alguma forma ou de outra, vem sendo cobrado no concurso, então muita atenção para este conteúdo!

Fenômeno complexo – bem mais que a Revolução Inglesa – a Revolução Francesa é tradicionalmente dividida em: Antecedentes, a revolta aristocrática e a Monarquia Constitucional (1789-1792), a Convenção jacobina e o Terror (1792-1794), o governo do Diretório (1794-1799). Após o governo do Diretório, temos o governo de Napoleão Bonaparte, que, apesar de não fazer parte do recorte da Revolução Francesa, também abordaremos aqui para dar subsídios a você para compreender melhor o tal Congresso de Viena – um objeto que cai nas provas desde 2006.

Antecedentes da Revolução

Os antecedentes da Revolução Francesa abrangem todos os aspectos da vida francesa durante a segunda metade do século XVIII, isto é, a política, a economia, a sociedade e a cultura.

Politicamente, o reino da França era uma monarquia absoluta, naquele sentido que abordamos acima quando falamos da Revolução Inglesa. Contudo, mais do que qualquer outra monarquia da época – talvez com exceção da Rússia –, a coroa francesa havia conseguido, a partir do reinado de Luís XIV (1643-1715), concentrar mais e mais o poder em suas mãos, "domando" a nobreza e o clero. Não à toa, pôde-se atribuir a ele a famosa frase "O Estado sou eu". Essa ação, contudo, resultou num alienamento de vários grupos sociais do poder e as críticas ao poder real sobre os aspectos da política começaram a recair cada vez mais sobre o monarca. Como assim, você pode se perguntar, não recaíam antes?

Para entender esse aspecto, faz-se necessário compreender uma característica da política moderna entre os séculos XVI e XVII que é a seguinte: o rei é visto por seus súditos como dispensador da justiça, pai da nação, espelhando as características divinas do Deus cristão. O papel do governo durante este período (e também durante a Idade Média) era "dar a cada um o que lhe era devido", mantendo a ordem e a paz social. Ou seja, não era obrigação real governar como nós entendemos hoje como, por exemplo, construir estradas, dar moradia ou saúde. Não que algumas dessas coisas não fossem feitas, mas isso não era ESPERADO pelo povo como atribuição do governo real. Pois bem, quando algo ia mal no reino, normalmente se atribuía a alguma interferência externa ou a algum mal-comportamento de nobres ou ministros que estariam levando o rei a

tomar decisões ruins (isso aconteceu copiosamente na França durante o século XVI e XVII). Nesse sentido, a ira da população normalmente era dirigida a essas figuras ministeriais ou nobres e não contra o rei.

Isso começou a mudar a partir da segunda metade do século XVII e se intensificar no século XVIII. O próprio sentido de "governar" iniciou uma transformação e os reis passaram a ser cada vez mais atuantes na condução de seu reino. Como dito, a partir de Luís XIV isso fica estabelecido na França e críticas cada vez mais contundentes começaram a ser feitas ao rei pessoalmente.

Embora tenham existido críticas ao governo de Luís XIV, particularmente no campo da política externa, a coroa francesa passou praticamente incólume pelo reinado do Rei-Sol. No entanto, a partir do reinado de seu neto, Luís XV, e bisneto, Luís XVI, as críticas foram aumentando, fazendo com que a população deixasse progressivamente de apoiar o rei. A origem dessas críticas pode ser delineada a partir de questões econômicas e culturais.

Economicamente, a França até a segunda metade do século XVIII era uma potência, embora com problemas estruturais. A partir de 1750, entretanto, muito por conta de guerras, os gargalos estruturais começaram a emperrar o desenvolvimento econômico e a economia entrou em crise, Num mundo em que o papel do comércio e da produção manufatureira ganhava espaço, os grupos econômicos franceses – a nobreza (tanto a nobreza de sangue quanto a nobreza de "toga", ou seja, homens ricos que compravam títulos de nobreza) – decidiram ir pela via do recrudescimento das obrigações feudais e não da "liberalização" da economia – caminho adotado pela Inglaterra e pela Holanda – mantendo firmemente as teses mercantilistas[6] de proteção do mercado interno e de monopólios. A nobreza desprezava o comércio e os "ofícios mecânicos" e se devotava a estas tarefas somente quando necessário, preferindo viver de pensões do Estado. As classes burguesas, por sua vez, frequentemente se viam tolhidas em seu desenvolvimento por obstáculos impostos pelo Estado, como monopólios e tabelamento de preços (até por volta da década de 1770), e por medidas protecionistas. Os camponeses se viam pressionados pelos impostos e taxas feudais deles cobrados pela nobreza fundiária.

Essa situação tornou-se pior por conta dos altos gastos militares franceses, da vida de luxo da Corte francesa, das reformas liberais de Turgot e Necker e por desastres agrícolas na década de 1780.

Desde o reinado de Luís XIII (1610-1643), a França não parou de entrar em guerras sucessivas contra seus vizinhos europeus e, por isso, aumentou significativamente o tamanho de seu Exército. Duas guerras, porém, foram mais impactantes para o fisco francês: a guerra dos sete anos (1756-1763), ocorrida em vários teatros de guerra, e a guerra de independência dos Estados Unidos (1776-1781). A França saiu derrotada da primeira – perdendo territórios na América e influência na Ásia – e vitoriosa na segunda sem, contudo, obter benefício econômico dos Estados Unidos ou da Inglaterra.

Além dos gastos maiores com Exército, a Corte francesa, habitando em Versalhes e longe do mundo dos comuns, gastou progressivamente mais desde o reinado de Luís XIV. A mudança da corte e o gasto com

[6] O mercantilismo foi, podemos assim dizer, a face econômica do Antigo Regime.

pensões foi realizado pelo Rei-Sol como parte de sua política de conter a resistência da nobreza – que havia dado mostras de sua deslealdade desde a ascensão de Henrique IV ao trono francês em 1589. Retirando a alta nobreza de suas bases territoriais e econômicas nas províncias, o monarca conseguiu torná-la dependente do Estado e, portanto, absolutamente leal. O gasto com essas pessoas – que não pagavam impostos, como se verá adiante – foi tornando-se muito alto (já em 1685 eram mais de 36000 pessoas vivendo e trabalhando na corte) e fonte de escoamento de receitas.

Percebendo que as finanças estavam muito ruins, Luís XVI decidiu liberalizar a economia conforme os ideais então em voga dos fisiocratas franceses e outros advogados de economias abertas, como Adam Smith. Para tanto, o rei convidou dois conhecidos intelectuais para atuarem como ministros e reformarem a economia francesa, *Messieurs* Turgot e, posteriormente, Necker. Embora as reformas tenham sido vistas como necessárias – fim de monopólios, cobrança mais racional de impostos, redução ou fim de tabelamentos –, a rapidez com que foi empreendida desestabilizou o reino, aumentando rapidamente os preços dos gêneros alimentícios (que eram tabelados e deixaram de ser com as reformas), enfurecendo os mais pobres e irritou profundamente as classes altas por interferir em alguns de seus privilégios de classe.

Como vemos, a situação para Luís XVI não estava nada fácil e ficou pior com a interferência de fatores climáticos. Secas em algumas regiões e inundações em outras ocorreram desde 1787, causando perdas expressivas de produção de comida, elevando ainda mais o preço dos víveres básicos. Para enfrentar essa situação, o rei então decidiria criar impostos para as classes privilegiadas do reino, assunto que chegaremos daqui a pouco.

Socialmente, a França possuía, em termos gerais, um estrutura definida. A sociedade era dividida em três ordens: o clero, a nobreza e o terceiro estado (*Tiers état*). Certo era que esses grupos não eram monolíticos, havendo diferenças dentro deles. O clero pode ser dividido em alto (cardeais, bispos, abades) e baixo (padres de paróquias simples e pobres). A nobreza, além da divisão entre alta (duques, marqueses, condes) e baixa (viscondes, barões e cavaleiros) também se dividia na França entre a nobreza de espada (*noblesse d'épée*), ou seja, a antiga nobreza guerreira de sangue, e a nobreza de toga (*noblesse de robe*), advinda de grupos ricos do terceiro estado que compravam cargos e títulos de nobreza. O terceiro estado, por sua vez, era o mais diversificado porque abarcava todos os que não eram do clero nem da nobreza. Então, temos desde banqueiro, grandes donos de terra não-nobres, comerciantes de grosso trato, passando por "profissionais liberais" como professores e advogados até "pequenos burgueses", pequenos artesãos e camponeses. Pode-se imaginar facilmente, então que havia múltiplos interesses dentro deste estrato social.

Mas se havia algo que unia o clero e a nobreza eram os chamados "privilégios". Para entendermos essas peculiaridades da época, precisamos voltar para a cultura política da época.

Para os modernos (de um modo geral) seguindo a tradição medieval, os grupos sociais existentes deveriam, todos, colaborar para a manutenção e perpetuação do organismo social (entendido como um corpo mesmo). Como a sociedade da época era bastante religiosa, no primeiro lugar dessa organização estava o clero, responsável pela salvação das almas dos crentes; em segundo, estava a nobreza, responsável pela defesa de toda a sociedade; em terceiro, os demais, responsável pelo sustento de todos. Importante é notar que esta

noção de sociedade foi formada na Idade Média, quando este terceiro grupo era, basicamente, formado por camponeses, cuja obrigação era de plantar, colher e criar animais (vale a pena recordar também que os "impostos" eram pagos em espécie gênero e não em dinheiro).

Sendo assim, não cabendo ao clero e à nobreza sustentar a sociedade, deles não se deveria cobrar impostos! Esse era um dos privilégios mencionados. Outros eram a desigualdade jurídica (nobres e homens do clero só podiam ser julgados por seus pares em casos de crime, com exceção de lesa-majestade) e os direitos feudais que tinham sobre camponeses ou burgos (cidades) uma vez que eram também senhores feudais.

Essa estrutura social foi, contudo, tornando-se cada vez mais anacrônica. O clero foi se tornando menos e menos importante para os franceses (falaremos adiante), a nobreza perdeu seu caráter guerreiro desde meados do século XVII e o terceiro estado foi se complexificando progressivamente, dinamizando-se, e criando grupos internos que eram, por vezes, opostos. Críticas a esse modelo foram sendo construídas durante o tal chamado "século das Luzes" pelos pensadores iluministas (os *philosophes*).

Chegamos, enfim, ao último aspecto: o cultural. Ponto polêmico entre historiadores, falaremos brevemente do papel da religião e, em seguida, abordaremos o Iluminismo em tópico à parte.

Após surto de devoção de pietismo que tomaram a França por cerca de 50 anos após as guerras de religião que a devastaram no século XVI, percebe-se, primeiro e prioritariamente nas regiões urbanas, uma progressiva secularização da vida humana. Embora sem causas muito claras, alguns historiadores explicam esse fenômeno referindo-se à necessidade dos europeus conviverem com diferentes religiões, fruto da Reforma protestante. Depois de um século de guerras religiosas na Europa como um todo (pouco mais de 30 anos em solo francês), a saída encontrada teria sido a retirada da religião do espaço público para a vida privada. Não se quer dizer com isso que a sociedade francesa de repente abandonou a religião, mas que ela passou a ser de foro íntimo e não mais público.

Isso teve profundas consequências para a Europa e a França em particular, uma vez que as bases da legitimidade real e da sociedade organizada em ordens estavam assentadas na religião, neste caso, católica.

Saindo a religião do espaço público, o clero foi perdendo progressivamente espaço e importância social. Encontrar motivos para justificar os privilégios de que gozavam foi ficando mais difícil. Politicamente, a saída da religião também significou uma perda grande de suporte para o rei, que era visto como um ungido de Deus para aquele ofício (vale destacar que um dos rituais mais importantes da monarquia francesa era a "sagração" do rei em Reims).

Contribuiu para esse afastamento da religião do espaço público os escritos de pensadores e filósofos do século XVIII, os conhecidos iluministas. Pela importância do tema, vamos ver com mais detalhes algumas de suas características e pensadores.

O movimento da Ilustração – Sapere aude!

Buscando responder à pergunta "O que é o Iluminismo?" (*Was ist Aufklärung?*) proposta por um jornal alemão na segunda metade do século XVIII, Kant sintetizou da seguinte maneira: é um *processo* (portanto, não algo pontual ou um evento específico) de saída da humanidade da menoridade intelectual, isto é, da incapacidade de pensar por si mesmo, para a maioridade, passando a buscar o conhecimento e entender o mundo a partir do uso da Razão. Em uma frase: "Ousa saber!" (*Sapere aude!*).

Antes de falarmos dos pontos mais importantes desse movimento, faz-se necessário trazer rapidamente um debate historiográfico sobre a pluralidade dele. Alguns historiadores consideram o movimento como algo único, como uma grande família, desconsiderando por vezes as diferentes tradições intelectuais dos diferentes países. A partir dessa visão, utilizam sempre o singular "O Iluminismo", buscando traçar pontos em comum dentre os vários pensadores do período.

Outra vertente mais recente, podendo citar Gerture Himmelfarb e Jonathan Israel entre os seus autores,[7] destaca a variedade de pensamentos e tradições que permearam o século XVIII e aborda os pontos divergentes das correntes de pensamento entre povos geograficamente apartados (ingleses, escoceses, franceses e alemães) e socialmente díspares (padres, pastores, ateus, nobres, burgueses). Nesse caso, fala-se de "Iluminismos" ou, como é significativo, de "Caminhos para a modernidade". Ressaltar essa diferença é importante para não acharmos que todos os autores são concordes uns com os outros em todos os aspectos. Isso nos ajuda a compreender as diferenças entre os pensadores que faremos a seguir e das diferentes apropriações que serão feitas deles.

Os filósofos iluministas atacaram em várias frentes esse mundo do Antigo Regime que descrevemos anteriormente. Atacaram a economia mercantilista com os fisiocratas e outros, como Adam Smith. Atacaram a supremacia da religião na sociedade e na educação, como Voltaire. Atacaram a sociedade de ordens, como Diderot. Atacaram as superstições, propondo, em alguns casos, um racionalismo radical, como o Barão de Holbach.

Dada a similaridade entre o que propuseram, os pensadores iluministas e o programa político-social que foi implementado pelos revolucionários, alguns contemporâneos acharam que a Revolução tinha sido fruto de um grande complô de filósofos. Não caia nessa interpretação! Mas, claramente, houve influência do pensamento iluminista no processo revolucionário.

---

[7] ISRAEL, Jonathan. *Iluminismo Radical*. São Paulo: Madras, 2009.
HIMMELFARB, Gertrude. *Caminhos para a Modernidade*. São Paulo: É Realizações, 2011.

Quais pensadores foram mais importantes nesse processo? E que autores podemos ver sendo *apropriados* pela Revolução para justificar suas ações? Passemos rapidamente por alguns dos principais pensadores desse movimento intelectual.

John Locke

John Locke foi um inglês do século XVII que escreveu seus mais importantes trabalhos durante os eventos da Revolução Gloriosa. Suas obras giram em torno de dois grandes temas: como o homem é capaz de conhecer o mundo; como o governo se formou e como deve ser seu papel.

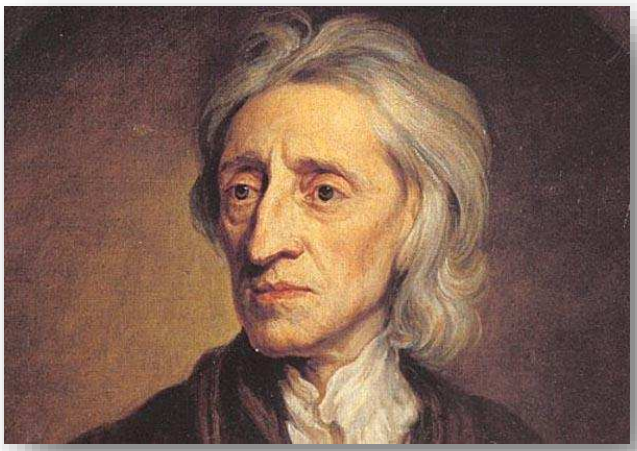

Figura 4- John Locke

Em relação ao primeiro, Locke entendia que o mundo se dava a conhecer por meio dos sentidos, sendo que não havia coisa alguma "inata" ao ser humano, como defendiam os neoplatônicos de sua época. Ao contrário, para ele, o ser humano era uma "tábula rasa", ou poderíamos atualizar o vocabulário, uma folha de papel em branco, em que suas impressões sensoriais a preenchiam, construindo o seu conhecimento empiricamente.

Quanto ao segundo aspecto, em seus "Dois tratados sobre o governo civil", Locke lanças as bases para o que, muito tempo depois, seria conhecido como "liberalismo político". Isso porque Locke afirma que o governo surge a partir da necessidade humana de proteger a propriedade privada e suas atribuições principais deveriam ser devotadas à proteção do indivíduo. Por esse motivo, Locke seria apropriado posteriormente como o "pai do liberalismo".

Montesquieu

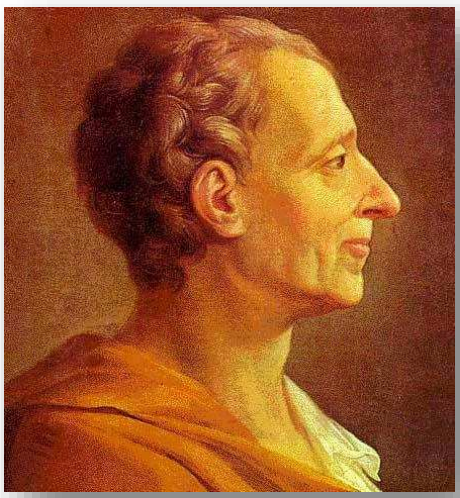

Figura 5- Montesquieu

O Barão de Montesquieu foi um nobre francês que se dedicou a pensar quais e como deveriam se organizar os poderes do Estado. De maneira resumida, visto que seu pensamento é bem mais complexo do que pode parecer, Montesquieu propunha a separação dos poderes, neste esquema famoso que conhecemos bem: Executivo, Legislativo e Judiciário. Mas pensemos juntos, se ele propunha separar, isto é porque não estavam separados quando ele escreveu! O rei, no século XVIII, após esse processo descrito anteriormente, era o 'chefe do Executivo' ao governar por meio de seus ministros (cabendo a ele a prerrogativa de apontá-los ou demiti-los como lhe conviesse), legislava sem câmara deliberativa por meio de seus decretos e era o último juiz do reino, sendo que vários presos poderiam, em teoria, recorrer ao rei para rever sua sentença e muitos litígios judiciais eram levados à sua presença para julgamento. Colocadas sob esse contexto, as considerações de Montesquieu nos parecem bem mais interessantes!

Adam Smith

O filósofo escocês Adam Smith devotou seu trabalho intelectual para combater os vícios que ele percebia na sociedade mercantil de seu tempo. Antes de ser considerado "economista", Adam Smith deve ser visto como um "filósofo moral", área do conhecimento que ele lecionou em Glasgow e Edimburgo. Sua primeira obra – que foi revisada e ampliada por ele pouco antes de sua morte – chama-se "Teoria dos Sentimentos Morais", um livro pouco conhecido hoje, mas que fez muito sucesso na época por exortar as pessoas a uma vida mais virtuosa, de poucos excessos. Posteriormente, publicou sua obra mais famosa, "A Riqueza das Nações". Nesta, combateu os monopólios e restrições mercantilistas porque, em sua visão, isso levava ao aumento de preços e prejudicava os mais pobres, além de corromper os donos de monopólios, tornando-os mais "preguiçosos", ou seja, retirando-lhes o ímpeto de melhorar já que não precisavam competir.

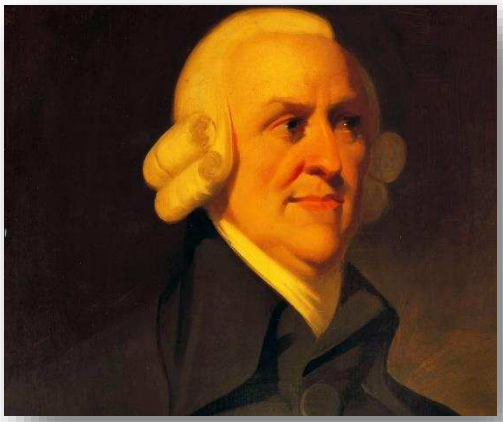

Figura 6- Adam Smith

O comércio, expandido para todos os povos, levaria ainda a civilização, entendida num termo lato, como a moderação dos hábitos, a virtude, as novas técnicas, o melhor dos desenvolvimentos tecnológicos para quem não os possuía, as instituições (políticas, jurídicas, econômicas, sociais) mais modernas etc. Para ele, o livre-mercado impulsionava as pessoas a sempre buscarem o "melhoramento" de seu estilo de vida. A atuação do Estado deveria ser reduzida à justiça e à segurança.

Jean-Jacques Rousseau

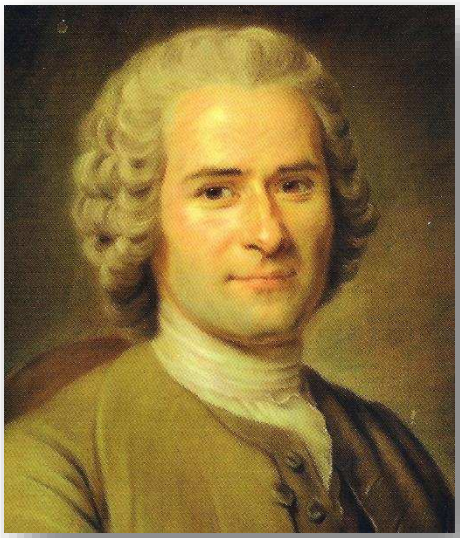

Figura 7- Jean-Jacques Rousseau

Jean-Jacques Rousseau foi um filósofo e escritor suíço iluminista que viveu no século XVIII, tendo passado grande parte de sua vida em França. Ali, Rousseau desenvolveu grande parte das ideias que viriam a inspirar os revolucionários franceses durante o desenvolvimento da Revolução Francesa. Dentre as obras mais significativas por ele produzidas encontram-se "Do Contrato Social" e "Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens".

O pensamento rousseauniano primou pela reflexão acerca da natureza humana, de sua origem e de suas relações com o meio social. Rousseau discorreu longamente sobre os temas do contrato social e do estado de natureza, algo em comum com a tradição contratualista de seu tempo, da qual fez parte outros autores como o inglês John Locke, e de suas imbricações nas relações humanas, bem como dos indivíduos com o poder. Defendia um novo contrato social para os seus contemporâneos, no qual o poder estabelecido derivasse do povo, fonte absoluta do Estado. Para ele, o homem é naturalmente livre, pois não nasce corrompido, como defendia Thomas Hobbes, pois ele se corrompe a partir da vivência em sociedade e de suas leis, daí a máxima atribuída ao seu pensamento: "*o homem nasce bom, a sociedade o corrompe*".

Com efeito, Rousseau preconizava que os homens deveriam reafirmar sua liberdade nata e reconciliar-se com sua natureza pacífica, combatendo os vícios sociais, como a desigualdade e as relações de poder, rumo à consolidação de uma sociedade igualitária. Perceba que Rousseau não dirige suas ideias diretamente para os indivíduos, mas sim à sociedade como um todo. Em divergência com a filosofia lockeana, em que a vontade individual se sobressai à vontade geral, para o pensador franco-suíço a vontade geral se sobrepõe ao indivíduo. Para tanto, far-se-ia necessária a reestruturação do contrato social, com vistas à diminuição das diferenças entre os indivíduos, sobretudo por meio da educação, para o pleno estabelecimento da vontade geral. O contrato social, portanto, deve submeter-se à vontade geral.

Devido ao caráter popular e igualitarista de sua filosofia, Rousseau é considerado uma das principais influências ideológicas dos revolucionários franceses, em especial os jacobinos. Ademais, suas ideias continuaram a mover as rodas revolucionárias, sobretudo aquelas de tradição jacobina, ao longo do século XIX, influenciando o socialismo nascente.

Kant

Immanuel Kant foi um filósofo alemão do século XVIII. Sua vasta e complexa obra abrangeu temas como a filosofia moral, a estética, a política e as relações internacionais. Seu pensamento concentrava características, e pode ser considerado uma síntese filosófica, da tradição racionalista, marcante em Descartes e Leibniz, e da tradição empírica inglesa, na qual se sobressaíram John Locke e David Hume. Dentre suas obras, destacam-se a "Crítica da Razão Pura" (1781), "Fundamentação da Metafísica dos Costumes" (1785) e "A Paz Perpétua" (1795).

Figura 8- Immanuel Kant

Sua epistemologia foi elaborada em torno do chamado idealismo transcendental, a partir do qual os seres humanos dotam de significado a experiência concreta a partir dos conceitos e ideias que carregam consigo, pois sem esta significação a nossa experiência não poderia ser plena de sentido. Kant também foi um ativo pensador das relações internacionais, tendo vislumbrado uma sociedade internacional na qual a paz seria o principal fio condutor das relações entre os Estados, as quais se baseariam em claros princípios éticos no respeito mútuo entre as nações, levando, no futuro, à consolidação de uma paz perpétua entre as nações.

Cabe lembrar, no entanto, que Kant dialogava com o contexto político europeu, no qual acabara de ocorrer, apenas poucos meses antes da publicação de "A Paz Perpétua" em 1795, a celebração da paz entre a França revolucionária e a Prússia, sua terra natal, chamada de Paz da Basileia, permitindo um breve período de paz entre as duas nações.

- - - - -

Os pensamentos desses filósofos não foram implementados somente depois da Revolução. Durante o século XVIII, o impacto dos escritos deles foram tão significativos que vários monarcas absolutos decidiram reformar seus Estados à luz das propostas feitas por esses pensadores. Esse reis ficaram conhecidos como "déspotas esclarecidos". Os mais conhecidos desses fora d. José I de Portugal, José II da Áustria, Frederico II da Prússia e Catarina II da Rússia. Suas principais reformas foram na área de educação, retirando os domínio da Igreja sobre o ensino (como a expulsão dos jesuítas de Portugal e Espanha). Contudo, não realizaram reformas políticas radicais, antes, buscaram fortalecer seu poder e seus domínios a partir de reformas inspiradas na Ilustração!

Estes foram, em geral, os antecedentes da Revolução. Passemos então para seus desenvolvimentos!

A rebelião aristocrática, a monarquia constitucional e proclamação da I República (1789-1792)

Em 1787, a situação francesa era crítica financeiramente. Por conta disso, Luís XVI decidiu convocar uma Assembléia de Notáveis, uma antiga câmara consultiva composta somente de membros do clero e nobres, para costurar uma saída que resultasse na cobrança de impostos das classes privilegiadas. Essa reunião, no entanto, saiu pela culatra e o reino foi pressionado a convocar a Assembleia dos Estados Gerais (*États Generaux*) para lidar com a matéria. O objetivo dos clérigos e nobres era convencer o terceiro estado a pagar mais impostos para cobrir os rombos fiscais e livrar-se do problema.

E o que eram os Estados Gerais? Era um corpo também consultivo sem capacidade deliberativa, que normalmente era convocado em momentos de graves problemas para aconselhar o rei (e pressioná-lo, claro) sobre que caminhos tomar. Essa assembleia era eleita pelo país e se dividia pelos estados, isto é, o clero, a

nobreza e o terceiro estado. O voto era por estado e não por cabeça. As medidas, portanto, de criação de impostos para os dois primeiros estados poderia, assim, ser facilmente vencida por uma união entre nobreza e clero.

Na eleição para os Estados Gerais, os eleitores também escreviam os chamados cadernos de queixas, em que sugeriam ou reclamavam da situação do reino. Nestes cadernos, uma grande fonte para os historiadores do período, o terceiro estado reclamou da situação econômica, dos privilégios, da cobrança dos direitos feudais, etc.

Em 1789, os Estados Gerais se reuniram com 291 membros do clero, 270 nobres e 578 representantes do terceiro estado. Iniciando os trabalhos, o rei clamou por reformas econômicas, mas não abordou questões políticas. O alto clero e boa parte da alta nobreza (com algumas exceções) se mantiveram inflexíveis e preferiram que a conta recaia sobre o terceiro Estado. Esse, por sua vez, queria mudanças efetivas e, percebendo que era maioria, propôs a votação por cabeça e não por ordem, no que foi apoiado pelo baixo clero.

Começando a perder o controle da situação, o rei ordenou o fechamento da câmara onde atuava o terceiro estado. Os membros então se retiraram para uma sala de jogos ao lado e fizeram um juramento, conhecido como Juramento do Jogo da Péla (em 20 de junho). Juraram não se separar enquanto não escrevessem uma constituição para a França.

Figura 9- O Juramento do Jogo da Péla

Tentando manejar a Assembleia, o rei reuniu as três ordens para discutir juntas, mas foi em vão. Reunida, os membros dos Estados Gerais declararam que aquela Assembleia tornava-se agora Assembleia Constituinte, com mandato de toda a Nação francesa para realizar as reformas necessárias.

Enquanto todas essas coisas aconteciam entre maio e julho em Versalhes, em Paris a situação ficava dramática. O preço do pão e do trigo subiam e a fome grassava a população. Em face de uma tal realidade,

populares tomaram a rua de Paris em 14 de julho e tomaram a Bastilha, uma antiga prisão e um local de depósito de armas. É o tradicional início da Revolução Francesa. Nesta situação, informado pelo duque de Liancourt, o rei teria perguntado: "É uma revolta?" a que teria recebido a resposta: "Não, Majestade, é uma revolução".

Sabendo dos eventos, os deputados constituintes deram prosseguimento às reformas política e econômica, seguindo em muitos casos os escritos dos filósofos iluministas e, inclusive, de antigos ministros do rei, como as reformas econômicas inspiradas em Turgot. Decidiram pela separação dos poderes, diminuíram o poder do rei, atribuíram poderes ao legislativo, declararam o "fim do feudalismo", dos privilégios de ordem, nacionalizaram os bens do clero para pagar a dívida pública, suprimiram os votos e ordens religiosas (com exceções de colégios e hospitais) e aprovaram a constituição civil do clero em 1790, que obrigava os padres a fazerem um voto de lealdade à Constituição e ao rei.

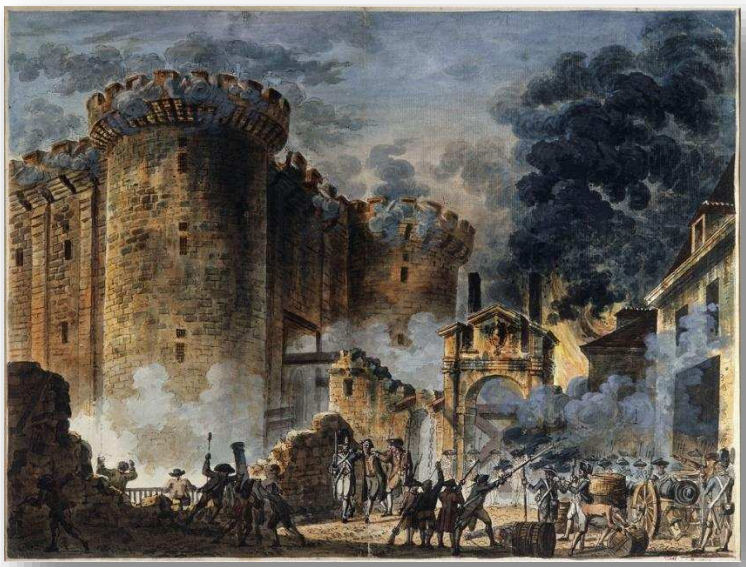

Figura 10- A Queda da Bastilha

Tudo isso foi um grande choque para a Nação. Muitos comemoravam as mudanças realizadas pela Constituinte, enquanto outros ficaram receosos quanto a velocidade e intensidade da mudança. O que era para ser um ambiente de discussão exclusivo sobre economia havia se transformado em uma assembleia deliberativa – a primeira vez na história da França! Muitas das leis e alterações foram aceitas pelo rei, que pouco tinha que fazer. Isso começou a mudar quando começaram a discutir o papel do rei na nova monarquia. Alguns advogavam uma interferência do monarca nos assuntos públicos, enquanto outros viam que ele deveria ser somente uma figura simbólica (ou quase simbólica).

Em face dessa situação, Luís XVI começou, secretamente, a articular-se com membros da nobreza para reagir. O rei francês, então, organizou uma fuga para se unir a forças francesas na fronteira junto a um general leal a ele. Entre 20 e 21 de junho de 1791 o rei fugiu com toda sua família, mas foi identificado e preso. Sua tentativa de reação à Assembleia foi um momento chave na quebra da confiança entre o povo, os constituintes e o rei, abrindo caminho para as ideias republicanas.

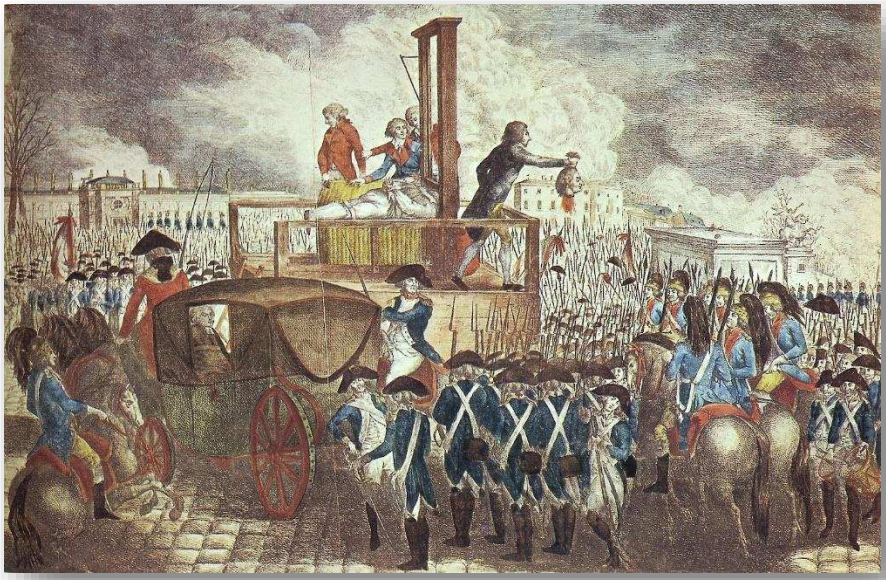

Figura 11- Execução do rei Luís XVI

Com tantas mudanças e insegurança, vários nobres emigraram e começaram a articular uma contrarrevolução (os chamados ***émigrés***). Com receio de que o rei angariasse apoio aos *émigrés* na contrarrevolução, a Assembleia Nacional, que logo se transformaria na Convenção Nacional, sob a liderança de Robespierre, julgou o rei em 1792 por traição à nação, no qual foi considerado culpado e depois guilhotinado (1793). Em seguida, foi proclamada a República Francesa que seria dominada, inicialmente pelos jacobinos radicais, e passaria por transformações significativas.

A Convenção Nacional, o Terror (1792-1793) e o Diretório (1795-1799)

A Convenção Nacional era um órgão legislativo unicameral que, neste momento, era a fonte única do poder, modelo de organização inspirado na teoria da "Vontade Geral" de Rousseau. Nesta câmara, havia, basicamente, dois grupos políticos: os jacobinos e os girondinos.

Os jacobinos eram os mais radicais, provindos das classes baixas urbanas, particularmente dos chamados *sans-cullotes*. Defendiam a república e propunham o aprofundamento das reformas sociais e políticas. Os girondinos eram formados por grupos burgueses ricos e que apoiavam a experiência da monarquia constitucional e, de modo geral, eram contrários às reformas radicais dos jacobinos.

Assumindo o poder sob a liderança de Robespierre, os jacobinos colocaram em prática seus planos. Aprovaram o voto universal para os homens, a lei do Preço Máximo (tabelamento de preços), o fim da escravidão negra nas colônias (que precipitaria a Revolução haitiana) e uma reforma agrária a partir do confisco das terras da nobreza *émigrée* e da Igreja. Contudo, a morte do rei, a proclamação da República e a condução do Estado por radicais jacobinos precipitou a guerra externa, liderada por países absolutistas vizinhos. Por outro lado, as turbulências internas levaram à rebelião de uma região atrasada da França, a Vendéia, e à interrupção momentânea da produção de víveres que redundou em fome e críticas ao governo.

Para lidar com estas situações extremas, Robespierre adotou uma série de medidas que ficaram conhecidas em seu conjunto como "Terror" (1793-1794). Suspendeu os direitos individuais e criou o Tribunal Revolucionário, cujo objetivo era julgar os acusados de traidores da revolução. Em geral, a pena era a execução sumária e o acusado sequer podia apresentar uma testemunha para defender-se. Confiscou os bens dos "traidores" e dos *émigrés*, bem como a produção de trigo e processou os camponeses que se negavam a vender sua produção. Esmagou a rebelião da Vendéia, executando todos os contrarrevolucionários. A população, incitada pelos jacobinos e em pânico dos inimigos internos, massacrou os padres refratários e membros da nobreza, pilhando casas e palácios.

Figura 12- Caricatura satirizando o governo jacobino

No plano externo, garantiu a vitória da França contra a Primeira Coalizão ao realizar um recrutamento *en masse* da população masculina (de homens entre 18 e 25 anos), elevando os números dos exércitos a níveis nunca antes vistos, exortando a população ao autossacrifício virtuoso em prol da pátria ameaçada.

Os crescentes excessos de Robespierre (conhecido como o Incorruptível), levaram seus próprios apoiadores a criticá-lo. Alguns foram parar na guilhotina, como Danton. Passada a crise externa e debelada a rebelião interna, Robespierre foi retirado do poder, julgado e guilhotinado. Entraram no poder os girondinos, no que ficou conhecido por golpe Termidoriano. Começava outro processo de perseguição e expurgo, dessa vez voltado contra os radicais jacobinos. Suas principais lideranças foram presas ou mortas, no que ficou conhecido como "Terror branco".

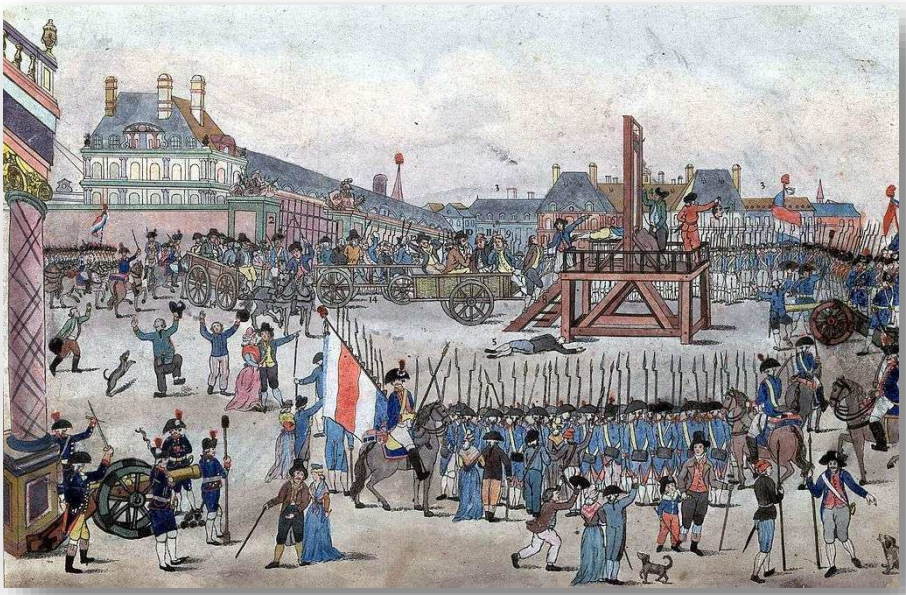

Figura 13- Execução de Robespierre

A Convenção Termidoriana rejeitou uma série de medidas econômicas e políticas – como a abolição da lei do preço máximo –, o fim dos julgamentos sumários e das prisões arbitrárias. Passou, enfim, uma lei que reformava o Executivo, criando um Diretório de 5 membros. Era o fim da Convenção Nacional.

De modo geral, para resumirmos o período jacobino, podemos afirmar que foi uma experiência política e social bastante inovadora que alargou as fronteiras da cidadania na França. Para Hannah Arendt, a preocupação dos jacobinos com a questão social, levou-os a sufocarem a liberdade, dando mostras de uma questão fulcral que apareceria novamente no século XX, quando os socialistas tomaram o poder na Rússia e em outros países. O Terror foi a expressão máxima desta política, mas seu radicalismo e violência minou qualquer possível base de sustentação contínua.

O Diretório foi uma reação mais conservadora de membros da alta burguesia contra as medidas tomadas pelos jacobinos. Seu governo foi visto pela população como bastante corrupto e foi atacado em várias frentes: monarquistas tentaram um golpe para restaurar a antiga dinastia, jacobinos tentaram um golpe para se re-estabelecerem no poder, as potências externas continuaram a tentar conter a revolução. Diante deste quadro de várias crises, percebendo que poderiam perder a direção dos eventos, os membros do Diretório articularam, eles mesmos, um golpe com setores do Exército, especialmente com um general que destacara-se nas atuações militares revolucionárias, Napoleão Bonaparte. Em 18 de Brumário (pelo calendário da Revolução, 9 de novembro no nosso), Napoleão, em concerto com políticos como Taillerand e apoiado pela burguesia temerosa do retorno jacobino, tomou o poder, fechou a assembleia e aboliu o Diretório e tornou-se primeiro-Cônsul juntamente com o abade Emmanuel Joseph Sieyès e Roger Ducos. Seu governo seria

marcado por uma grande centralização política, por agressões externas no plano internacional e grandes reformas internas. Considera-se, aqui, o fim da Revolução francesa e o início da Era Napoleônica.

Balanços da Revolução Francesa e alguns conceitos importantes

A Revolução Francesa é um dos eventos mais importantes da contemporaneidade – não à toa marca o início da Idade Contemporânea – porque colocou em prática uma série de princípios e ideias que romperam, de maneira irremediável, com o passado que existia.

Acabando com o Antigo Regime, o movimento revolucionário estabeleceu as bases da soberania popular, ressignificou o conceito de "nação", implementou e experimentou formas políticas diferentes. A partir de 1789, a Europa não mais seria a mesma e ainda que tenha havido as tentativas de restauração depois de Napoleão – como veremos em outra aula – o mundo ocidental já não poderia mais voltar ao que fora antes. Os impactos da Revolução se fizeram sentir não só na Europa, incluindo os decadentes reinos de Portugal e Espanha, mas também na América.

A partir da bibliografia cobrada no CACD, como podemos interpretar essa revolução? Para Hobsbawm, principal autor do concurso para esse conteúdo, a Revolução significou uma "aliança" entre a burguesia e as classes baixas para retirar a aristocracia do poder e instalar uma ordem liberal, em que o dinheiro e o mérito, e não o sangue ou a dinastia, importassem mais. Para ele, ela foi a "Revolução burguesa" por excelência, transformando o Estado em um agente promotor das mudanças exigidas ou requeridas por essa classe social. De uma maneira simples: das palavras de ordem da Revolução – "Liberdade, igualdade e fraternidade" – ela só teria implementado a primeira. A igualdade e a fraternidade, ainda nesta perspectiva, não teriam passado da experiência jacobina e somente viriam à tona novamente no movimento de 1848, como estudaremos depois.

Também é importante ressaltar que a Revolução trouxe uma percepção de que o progresso humano era inevitável e inesgotável, tanto no sentido material quanto intelectual. Esse novo conceito foi entranhado no século XIX e durou até a I Guerra Mundial, num momento em que a tecnologia avançava rapidamente, que o mundo se tornava cada vez mais globalizado e que as classes médias e altas ganhavam espaço político e social nunca antes visto. O progresso era a palavra-chave do século XIX e só veio a ruir com as destruições da Grande Guerra.

O capitalismo, assim, com a Revolução e nessa perspectiva historiográfica, estaria liberto das amarras que o prendiam no Antigo Regime e pronto para se expandir: primeiro nas áreas mais periféricas da Europa e depois nas áreas periféricas do mundo. A acumulação primitiva de capitais feita durante a idade moderna teria plena aplicação neste momento triunfante da burguesia.

Finalmente, é importante comentarmos sobre o conceito mesmo de "Revolução". Não sei se você percebeu, mas a tal "Revolução Gloriosa" ou mesmo todo o "processo revolucionário" inglês não parece ter tido nem a mesma intensidade nem o mesmo impacto da revolução francesa. Usamos a mesma palavra para os dois processos – termo que também foi usado pelos contemporâneos dos dois eventos – mas sem que nos pareçam equivalentes em seus impactos.

Isso acontece porque também os conceitos possuem uma história. O conceito "Revolução" é bem anterior a essas duas revoluções e surgiu relacionado ao movimento astronômico dos planetas e estrelas. A *revolutio* era o retorno, a um ponto inicial, de um planeta ao redor de uma estrela, ou seja, voltar ao mesmo lugar (nada mais díspar do que pensamos ser uma "revolução" hoje, certo?). Depois disso, o termo foi usado metaforicamente para se referir ao "movimento" dos sistemas políticos, teorizado por Aristóteles, Políbio e outros.[8] Assim, a "revolução" do sistema político era voltar a um ponto anterior virtuoso de onde o governo, em algum momento, tivesse se desviado. É nesse sentido que os contemporâneos da "Revolução gloriosa" entenderam o termo: o retorno a uma forma de governar virtuosa conforme as tradições inglesas.

O significado do conceito tal como temos hoje, qual seja, a ruptura radical com o presente, a destruição das bases da sociedade e a criação de algo novo, foi-nos legado pela Revolução Francesa e incrementado pelas experiências revolucionárias do século XX (que muito se inspiraram no movimento revolucionário francês). Diferentemente dos ingleses, os franceses buscaram criar um novo mundo *ab ovo*, destruindo o passado dos privilégios e do que eles percebiam como opressão. Uma sociedade nova, um governo novo, um mundo novo. Isso foi fonte de muitos conflitos para a sociedade francesa porque não conseguiu, à luz dessa proposta e ideia, conciliar seu passado nacional, trazendo grandes "cicatrizes" e radicalizando posições políticas. Como conciliar o "Antigo Regime" com o mundo pós-revolucionário? Ou você apoia a Revolução (incluso o Terror) ou o mundo anterior (inclusas as desigualdades)! Esse foi o dilema francês do século XIX sobre o qual se debruçaram muitos intelectuais.

Para explicar esse fenômeno e buscar alternativas de "regenerar" a história nacional, Alexis de Tocqueville e Benjamin Constant deram duas respostas interessantes. Tocqueville afirmou em seu livro – "Antigo Regime e a Revolução" – que a Revolução, ao contrário do que muitos pensavam, acelerou o processo de centralização administrativa que vinha ocorrendo desde o século XVII, chegando ao ápice com os jacobinos e depois com Napoleão. Dessa forma, haveria uma linha de continuidade entre as administrações absolutistas e as revolucionárias. Constant, por sua vez, dirá que os revolucionários fizeram uma tentativa de democracia direta num mundo em que não mais havia espaço para esse tipo de atividade política. No mundo capitalista, em que os indivíduos precisavam trabalhar e dedicar-se ao sustento próprio, a atividade política deveria ser dirigida por representantes eleitos. Ele lançava, assim, as bases teóricas para os sistemas representativos.

[8] Governo virtuoso de um (monarquia) -> governo corrupto de um (tirania) -> governo virtuoso de alguns (aristocracia) -> governo corrupto de alguns (oligarquia) -> governo virtuoso de muitos (democracia, para Políbio) -> governo corrupto de muitos (oclocracia, para Políbio) -> retorno para o governo positivo de um (monarquia) e repete-se o ciclo.

E assim fechamos a Revolução Francesa, pelo menos em seus aspectos mais importantes. Foque-se na questão iluminista, nos problemas da França pré-revolucionária, nas "inovações institucionais" dos revolucionários, nos conceitos e nos impactos da Revolução. Agora vamos praticar?

Prova do CACD de 2006

Questão 37

"Poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou, ainda, a catástrofe pior de uma revolução européia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de 20 anos para derrotar a primeira, até mesmo dos britânicos, que não simpatizavam com os absolutismos reacionários que se restabeleceram em toda a Europa e sabiam muito bem que as reformas não podiam nem deviam ser evitadas, mas que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo."
Eric J. Hobsbawm. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127.

O texto se reporta ao período da história do mundo ocidental conhecido como Era Revolucionária. Em linhas gerais, entre as últimas décadas do século XVIII e a primeira metade do século XIX, assiste-se ao confronto entre as forças sociais que se batiam pela superação do Antigo Regime e as que defendiam a manutenção dele, ainda que sob condições e intensidade variáveis. Nesse contexto, com referência à Revolução Francesa, assinale a opção correta.

A O que aconteceu na França a partir de 1789 foi a explosão do sentimento generalizado de repulsa a um absolutismo crescentemente anacrônico, ainda que amenizado pelo reformismo assumido pela dinastia Bourbon, a qual empreendera estratégia de conferir ao regime ares de pretensa modernidade — o despotismo esclarecido.

Comentário:

O erro desta questão é considerar que o estouro da revolução se explica por uma repulsa ao absolutismo. Embora isso não seja de completamente errado, sabemos que houve muitos outros motivos somados a esse. Igualmente, os Bourbon não empreenderam reformas significativas antes do estouro revolucionário. Lembremos que, inclusive, foi a necessidade de realizá-las que levou o rei a convocar a Assembleia de Notáveis em 1787 e depois os Estados Gerais em 1789. Item errado.

B Entende-se a Revolução Francesa como um processo que não se esgota rapidamente, com períodos de maior ou menor intensidade do fervor revolucionário. De todas as fases desse processo, a Convenção Nacional, dominada pelos jacobinos, foi a que conferiu caráter mais radical à Revolução, de que são exemplos o fim da monarquia, a adoção do sufrágio universal e o grande número de execuções de adversários.

Comentário:

De fato, como vimos, a Revolução durou 10 anos, com mais ou menos intensidade ou dramaticidade. Desses anos todos, os mais violentos, dramáticos e fervorosos foram os da Covenção jacobina, em cujo período temos a expressão máxima de violência e perseguição com o Terror e o Tribunal Revolucionário, utilizados para destruir os adversários do regime. Item correto.

C O pensamento iluminista, mesmo restrito a alguns países da Europa ocidental no transcurso do século XVIII, foi decisivo para a eclosão da Era Revolucionária. Entre seus principais expoentes, Voltaire se destaca, por ter formulado a teoria da separação dos poderes, fundamental para a contestação ao Estado absolutista.

Comentário:

O erro se encontra em dizer que fora Voltaire quem teria formulado a teoria da separação dos poderes. Como vimos, o responsável por isso foi o Barão de Montesquieu. Item errado.

D Por simbolizar a luta contra o despotismo, a Revolução Francesa foi alvo da reação conjunta dos defensores do Antigo Regime, na qual se sobressaiu a Inglaterra, a quem convinha a manutenção da estrutura de poder absolutista para a expansão de negócios financeiros e para a abertura de mercados para seus produtos industrializados.

Comentário:

Embora o texto esteja correto em afirmar que a Revolução trouxe para si o ódio das potências absolutistas, o erro se encontra em dizer que a Inglaterra defendia o abolutismo e em dizer que a manutenção desse sistema faria com que os mercados fossem abertos para o seu produtos. A "teoria econômica" que vigora no absolutismo é o mercantilismo, que tem como uma de suas características, a proteção dos mercados nacionais. Item errado.

E Graças a Napoleão Bonaparte, liderança que emergiu na última fase da Revolução Francesa, o processo revolucionário iniciado em 1789 adquiriu feições de movimento essencialmente popular, como demonstra o isolamento político da classe burguesa.

Comentário:

Esta questão está claramente errada ao dizer que houve um isolamento da classe burguesa com o governo de Napoleão. Como dito, ele obteve o apoio da burguesia para chegar ao poder. Também podemos considerar errada a afirmação de seu governo foi essencialmente popular, já que, embora ele tenha consiguido inflamar a população com um grande zelo revolucionário, Bonaparte concentrou totalmente o poder em suas mãos, sem consultar ninguém. Item errado.

Prova do CACD de 2010, caderno D

Questão 60

Assinale a opção correta com relação às transformações institucionais introduzidas pela Revolução Francesa.

A A conscrição maciça de homens solteiros entre 18 e 25 anos, medida precursora do recrutamento militar obrigatório.

Comentário:

Embora o enunciado nem o título façam um recorte temporal específico, de fato essa foi uma das transformações da Revolução durante o período jacobino que permaneceu posteriormente. A chamada *lévee en masse* seria mantida por Napoleão, embora tenha sido modificada pelos Bourbon restaurados. Item correto.

B A concessão de voto universal, independentemente de renda.

Comentário:

Aqui temos um "peguinha". O voto universal foi estabelecido para os HOMENS. Estaria correto se estivesse escrito: "A concessão de voto universal masculino...". A expressão "voto universal" hoje inclui mulheres, o que não era o caso revolucionário. Item errado.

C A tentativa bem-sucedida de aprovação de um código civil, já em 1789.

Comentário:

Não houve um código civil aprovado pela Assembleia. Tenta-se aqui confundir o candidato com a Constituição Civil do Clero, aprova pela Assembleia. Item errado.

D A separação entre Igreja e Estado, uma das principais reformas da Assembleia Nacional no ano de 1789.

Comentário:

Como dito claramente acima, não houve separação entre Igreja e Estado nesse momento. Mesmo com o jacobinismo na Convenção e a destruição de mosteiros e a perseguição a padres refratários, não houve ato formal neste sentido. Item errado.

E A instituição de um sistema de compra de cargos públicos, em substituição ao sistema hereditário existente no Antigo Regime.

Comentário:

Essa questão está completamente errada. Na verdade, era no Antigo Regime que havia compra de cargos, o qual a Revolução viria a abolir. Item errado.

Prova do CACD de 2013

Questão 46

A execução de Carlos I, em 30 de janeiro de 1649, foi decisão do Parlamento inglês que simbolizou o fim do absolutismo na Inglaterra e comprometeu o mito da identificação entre poder real e sua origem divina. Manifestação inicial da crise do Antigo Regime, a Revolução Inglesa do século XVII foi o ponto de partida da Era das Revoluções, que, entre fins do século XVIII e primeira metade do século XIX, iria desvelar o mundo contemporâneo. Relativamente a esse processo histórico, assinale a opção correta.

A A Revolução Francesa de 1789 marcou o perfil ideológico das revoluções burguesas, dado seu caráter liberal e pioneiramente democrático, que acompanhou todo o processo revolucionário, da queda da Bastilha à ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder.

Comentário:

O erro desta questão encontra-se no fato de que esse perfil democrático não acompanhou todo o processo. Exemplo disso é o golpe Termidoriano e o Golpe 18 de Brumário. Item errado.

B A Revolução Puritana de 1640 e a Revolução Gloriosa de 1688, ainda que integrantes de um mesmo contexto, são distintas nos propósitos e nos meios utilizados, visto que a segunda se insurgiu contra o Parlamento, mas procurou manter incólume o poder monárquico.

Comentário:

A questão está correta até o termo "utilizados", passando ao erro quando afirmou que a Revolução Gloriosa se insurgiu contra o Parlamento. Como visto, a "invasão holandesa" e a subida de Guilherme de Orange ao poder foram realizadas com o apoio do Parlamento, que não queria uma linhagem católica no trono inglês. Item errado.

C Dois motivos excluem a Revolução Industrial do conjunto de revoluções burguesas que sepultaram o Antigo Regime: ter mantido em aberto o processo de transição do feudalismo ao capitalismo e ter exercido diminuta influência na transformação política dos países que se industrializavam.

Comentário:

Embora não tenhamos visto aqui ainda a Revolução industrial, esta é uma questão simples de se responder. A Revolução industrial foi a face econômica e ao mesmo tempo o desdobramento das Revoluções Inglesa e Francesa. Tanto quanto os movimentos revolucionários jogaram por terra as instituições políticas do Antigo Regime, a Revolução Industrial liquidou – progressivamente – as bases econômicas nos quai se assentava o absolutismo monárquico. Item errado.

D Chamados iluministas, pensadores europeus do século XVIII — especialmente franceses — revolucionaram intelectualmente o mundo moderno ao atacarem com vigor a injustiça, a intolerância religiosa e os privilégios, preparando o terreno para as revoluções que destruiriam o Antigo Regime.

Comentário:

Como vimos na seção de Iluminismo, os filósofos se dedicaram a atacar o Antigo Regime, particularmente os privilégios, as intolerâncias e a diferenciação social baseada no nascimento. Suas críticas tiveram grande apelo social e inspiraram muitos que se engarajariam na Revolução. Item correto.

E Considerada a primeira revolução americana, a independência das 13 colônias inglesas da América do Norte foi facilitada pela homogeneidade da colonização e pela decisão da Inglaterra de não reagir militarmente ao movimento separatista, para assegurar a continuidade dos negócios na região.

Comentário:

Vimos de maneira tangencial a questão da revolução Americana e com o que aprendemos dá para percebemos o erro muito facilmente: houve guerra sim entre as 13 colônias e a Inglaterra, como afirmamos quando descrevíamos a situação financeira da França no século XVIII. Item errado.

A Era Napoleônica (1799-1815)

O conteúdo da Era Napoleônica não caiu (até 2017) nas provas. No entanto, é muito importante conhecermos a período napoleônico para podermos compreender o período do Equilíbrio posterior ao Congresso de Viena, que ocorreu após a derrocada de Napoleão. Portanto, seremos relativamente sintéticos ao abordar esse assunto, ok?

Napoleão Bonaparte nasceu na ilha da Córsega em 1769 pouco depois de ela ter sido transferida para a França pela República de Gênova. Em 1784 foi estudar na Escola Militar de Paris, tornando-se oficial de artilharia. Notabilizou-se como líder militar durante o período jacobino e manteve-se com bastante prestígio depois, não sofrendo da derrocada de Robespierre. Sob o Diretório, liderou uma campanha na Itália contra as forças austríacas e papais saindo vencedor. Depois, invadiu o Egito para prejudicar os interesses ingleses no Oriente Médio e na Índia. Saindo de uma guerra vencedor, apesar de ter enfrentado vários problemas, e chegando em Paris com vários espólios do Egito (que hoje podem ser encontrados no museu do Louvre), consagrou como um grande líder militar e político.

Como vimos, em face das grandes dificuldades enfrentadas, com o apoio tácito do Diretório e de outros políticos influentes, tomou o poder usando o Exército iniciando seu governo, que pode ser divido em três fases: o Consulado (1799-1804), o Império (1804-1814) e o governo dos Cem dias (1815).

O Consulado (1799-1804)

O Consulado iniciou-se como um triunvirato, como dito anteriormente. Contudo, Napoleão – que ocupava o posto de primeiro-cônsul –, desde o começo, por sua capacidade política e prestígio conseguiu rapidamente centralizar o poder em suas mãos, acumulando mais poderes depois da Constituição do Ano X de 1802. De um modo geral, podemos afirmar que o Consulado foi um momento de reorganização interna da França, que havia passado por muitas tribulações. Embora tenha havido guerra externa neste período, as questões mais importante se referem às medidas tomadas por Bonaparte para estabilizar a situação de seu país.

Nesse sentido, Napoleão criou o Banco da França, criou o padrão monetário do franco, tomou medidas contra a inflação ao controlar melhor a emissão de moeda, unificou o sistema de pesos e medidas, criou o Código Civil, realizou reformas no ensino, particularmente o ensino do direito e das escolas militares, pacificou a relação com a Igreja Católica, realizando uma concordata com o papa Pio VII e incrementou o Exército francês.

Suas reformas podem ser vistas como uma grande vitória da classe burguesa, tanto nas reformas econômicas – que facilitaram bastante o comércio e a atividade financeira na França – quanto nas reformas sociais, uma vez que seu código civil salvaguardavas as principais exigências feitas pelos burgueses: liberdade individual, liberdade de trabalho, liberdade de consciência, igualdade perante a lei e direito à propriedade privada.

Em face de sua grande popularidade e após a realização de acordos de paz importantes, como o realizado com o Reino Unido em 1802, Napoleão chegou ao auge de sua popularidade como cônsul. Após a realização

de um plebiscito popular, a monarquia foi reimplementada na França, mas com Napoleão como Imperador. A partir de então, ele assumiu um poder completo sobre o país, como nenhum governante antes dele feito. A participação popular continuou existindo, mas Napoleão conseguia manter controle sobre a situação política por meio de uma intrincada organização política. É no Império que ele chegou ao apogeu e, também, conheceu sua derrocada. Seriam os frutos de sua política que levariam imperial que levariam, depois, à construção do equilíbrio de poder europeu.

O Império (1804-1814) e o Governo dos Cem Dias (1815)

Coroado por si mesmo em 1804, numa cerimônia que ficou para sempre amrcada na História, Napoleão iniciou seu Império. Tendo reorganizado internamente a França e acalmada situação pela qual passavam seus súditos há mais de 10 anos, Napoleão retomou suas ações bélicas, como também seus inimigos se reorganizaram em novas coalizões.

Feitos militares significativos foram feitos por ele nesse período. Um deles foi a derrota e o fim do Sacro-Império Romano Germânico, reino que remontava ao século X, a criação do Estado satélite chamada Confederação do Reno e a derrota das sucessivas coalizões contra seus inimigos no continente.

Tendo colocado a Prússia e a Áustria sob joelhos – além de vários outros pequenos Estados europeus que foram ou anexados ou subjugados –, seu único obstáculo era o Reino Unido, que estava separado pelo canal da Mancha. Decidiu então, realizar uma expedição naval e invadir a Inglaterra. Aconteceu então uma gigantesca batalha naval, a batalha de Trafalgar (21/10/1805), em que o almirante inglês Nelson liderou as forças britânicas à vitória e acabando de vez com os planos de Napoleão de invadir o antigo rival francês.

Como não pudesse vencer seu inimigo por meios militares, o imperador francês decidiu pela via econômica. Declarou assim, em 1806, um bloqueio econômico à Inglaterra, o famoso Bloqueio Continental, em que todos os países da Europa continental deveriam fechar seus portos aos produtos e navios ingleses ou sofrer a invasão francesa.

De um modo geral, boa parte dos Estados europeus acatou o bloqueio, sofrendo, por sua vez, a represália inglesa. A Dinamarca, por exemplo, teve sua capital bombardeada por navios ingleses após não ceder às pressões inglesas de sair do bloqueio. Dois países acabaram por negar, após um curto período de indefinições, o bloqueio: Portugal e Rússia. O caso português será tratado com maiores detalhes em História do Brasil. O caso russo se explica porque desde a ocidentalização da Rússia a partir de Pedro, o grande, ela possuía boas relações com a Inglaterra, para onde escoava sua produção de grãos e peles e que desde o estouro da Revolução, tinham se aproximado consideravalmente. Depois da Revolução, contudo, as coisas não seriam assim, o que abordaremos depois na próxima aula.

Negando, o bloqueio, o *ultimatum* francês foi cumprido: Portugal foi invadido pelo general Junot em conjunto com tropas espanholas aliadas de Paris e um enorme exército de 600000 homens (entre franceses e aliados subjugados) foi enviado para invadir a Rússia em 1812. Para o público francês, a guerra contra a Rússia foi justificada – e não devemos acreditar que foi uma declaração hipócrita ou falsa – como a guerra revolucionária contra o bastião do Antigo Regime e do absolutimos, o czar.

Seguindo sua tradição militar de destruir a terra, impedindo o inimigo de se prover da localidade, e esperar a vinda do inverno, os russos saíram vitoriosos da invasão – e com um alto grau de prestígio. Dos 600000 homens, voltaram pouco mais de 100000 para a França, completamente desmoralizados.

Foi nessa situação que a Prússia, a Áustria, a Inglaterra e outros Estados alemães decidiram agir e atacar a França, no que ficou conhecido como a guerra da sexta coalizão, que foi de 1812 a 1814. Mesmo tendo exaurido seu exército principal, Napoleão conseguiu recrutar outro de quase 400000 homens. Embora tenha obtido relativas vitórias contra forças austríacas e prussianas, o imperador foi derrotado e o termo de sua rendição era a abdicação. Ele abdicou e foi preso, enviado para a ilha de Elba, no Mediterrâneo, em 1814.

Essa prisão, pessoal, não era como entendemos hoje. Na realidade, ele foi para essa ilha e ficou proibido de lá sair, mas não numa cela ou coisa do gênero. Era vigiado, mas tinha certa liberdade de trânsito dentro da ilha. Dessa forma, articulou secretamente com seus apoiadores um retorno à França (que naquele momento estava com um Bourbon no poder). Em março de 1815 ele fugiu da ilha de Elba, com a ajuda de alguns de seus guardas, e chegou em solo francês no dia 20 do mesmo mês. Iniciava-se o chamado Governo dos Cem Dias, em que Napoleão, chegando à França, expulsou o rei e retomou o controle sobre o país.

A Inglaterra e seus aliados da sexta coalizão não poderiam aceitar o retorno de Napoleão ao poder. Por 10 anos ele havia empreendido guerras e conquistado territórios por toda a Europa. Seu gênio militar poderia facilmente fazer da França uma potência facilmente, desestabilizando o equilíbrio de poder europeu. Assim sendo, organizaram a sétima e última coalizão para impedir Napoleão para se estabelecer na França. A última batalha das guerras napoleônicas ocorreu em Waterloo, em 18 de junho de 1815. Napoleão foi derrotada por uma aliança de forças inglesas e prussianas. Ele foi preso e enviado para a ilha de Santa Helena no Atlântico. Era o fim do primeiro Império Napoleônico e iniciava-se o período de Restauração e de equilíbrio europeu de poder.

Bem, pessoal, o conteúdo de nossa aula acaba aqui! Na próxima, abordaremos o que todo esse movimento revolucionário e o período napoleônico significaram para as relações entre os Estados na Europa do século XIX!

Vamos praticar então esses conteúdos que vimos hoje? Mãos à obra!

1) Fundação Getúlio Vargas – 2013

"A Reforma, a despeito de sua hostilidade à magia, estimulara o espírito de profecia. A abolição dos intermediários entre o homem e a divindade, bem como a ênfase na consciência individual, deixavam Deus falar diretamente a seus eleitos. Era obrigação destes tornar conhecida a Sua mensagem. E Deus não fazia acepção de pessoas: preferia falar a John Knox do que à sua rainha, Maria Stuart da Escócia. O próprio Knox agradeceu a Deus ter-lhe dado o dom de profetizar, que assim estabelecia que ele era um homem de boa-fé. Na Inglaterra, as décadas revolucionárias deram ampla difusão ao que praticamente constituía uma profissão nova – a do profeta, quer na qualidade de intérprete dos astros, ou dos mitos populares tradicionais, ou, ainda, da Bíblia."
HILL, Christopher. O mundo de ponta-cabeça. Ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 103.
O texto se refere ao ambiente político e religioso da Inglaterra no século XVII. A esse respeito é correto afirmar:

a) A insatisfação popular na Inglaterra era decorrente da perspectiva protestante de manter os sacerdotes como intermediários entre Deus e os homens.

Comentário:

A insatisfação popular não decorria de querelas internas ao protestantismo inglês, mas sim das disputas políticas de seus líderes para com a coroa britânica. Vale ressaltar, aliás, que o protestantismo não prega a mediação entre Deus e os homens a partir de sacerdotes. Item errado.

b) Os revolucionários basearam-se em princípios estritamente racionais e científicos, em uma nítida ruptura com as crenças e o profetismo da época.

Comentário:

Os revolucionários eram majoritariamente puritanos e baseavam muitas de suas ações no credo religioso. Item errado.

c) Apesar de todas as disputas religiosas dos séculos XVI e XVII, os monarcas ingleses mantiveram-se neutros, o que permitiu a preservação da monarquia.

Comentário:

As disputas religiosas, aliadas a uma série de outros fatores, levaram à derrocada do regime inglês durante os acontecimentos da Revolução Inglesa, período marcado pela queda e ascensão de diferentes monarcas ingleses. Item errado.

d) A movimentação revolucionária esteve vinculada aos conflitos religiosos decorrentes da chamada Reforma Protestante iniciada no século XVI.

Comentário:

A Revolução Inglesa teve motivações de foro econômico e político, lideradas pelas autoridades puritanas, as quais depuseram Carlos I e deram início ao processo revolucionário. Item correto.

2) **(UEM – 2012)**
No século XVII, na Inglaterra, e no final do século XVIII, na França, ocorreram processos revolucionários que são conhecidos como revoluções burguesas. A esse respeito, assinale a(s) alternativa(s) correta(s).

01) Na França do Antigo Regime, o primeiro e o segundo estados, clero e nobreza, detinham direitos exclusivos, tais como a isenção de pagamento de impostos.

Comentário:

De fato, ambos estados possuíam privilégios sociais e jurídicos que lhes distinguiam do terceiro estado, dentre eles a isenção de impostos. Item correto.

02) Tanto na Inglaterra quanto na França, era disseminada a crença no caráter sagrado do poder dos reis.

Comentário:

Tanto na Inglaterra pré-revolucionária do século XVII, quanto na França pré-1789, predominava dentre os principais expoentes intelectuais defensores do regime absolutista a tese do direito divino dos reis, segundo a qual os monarcas absolutos não deveriam prestar contas de suas ações a ninguém além de Deus, o qual os escolheu como chefes naturais de suas nações. Item correto.

03) Embora realizada em nome da liberdade e da igualdade, os revolucionários franceses mantiveram os privilégios jurídicos da nobreza.

Comentário:

Grande parte dos privilégios jurídicos do 1º e 2º estados do Antigo Regime francês (Clero e Nobreza, respectivamente) desapareceram com o advento da Revolução Francesa, sobretudo durante o período do Terror. Item errado.

04) A revolução gloriosa, no final do século XVII, estabeleceu a república na Inglaterra. Somente no início do século XVIII, a monarquia foi restaurada e se estabeleceu o parlamentarismo.

Comentário:

A Revolução Gloriosa restabeleceu a normalidade monárquica na Inglaterra, com a coroação de Guilherme de Orange como Guilherme III, no lugar do rei Jaime II, deposto no início da revolução. Item errado.

05) Na obra *O Leviatã*, Thomas Hobbes defendeu o primado da razão sobre a fé, o direito à autodeterminação dos povos e fez a defesa da república.

Comentário:

A Obra *O Leviatã*, publicada por Thomas Hobbes durante a Revolução Inglesa, defendia um contrato social onde o poder absoluto do soberano, cabeça natural do corpo social, estivesse assegurado. Em sua obra, não defende claramente a República, embora a liste como um possível regime político. Item errado.

3) **(UFU – 2012)**

Entre os eventos que merecem destaque na consolidação do absolutismo inglês estão o embate entre os York e os Lancaster, na Guerra das Duas Rosas, o controle dos nobres por Henrique VII e, finalmente, as ações de Henrique VIII, que rompeu com o papa e fundou a Igreja Anglicana, mantida sob sua tutela. Com a morte de Henrique VIII e a ascensão de Elizabeth I, o absolutismo inglês conheceu seu período de maturidade. As ações de Elizabeth I e de seus sucessores, adotando medidas mercantilistas, criando companhias de comércio, dissolvendo o Parlamento, exigindo pensão vitalícia e criando taxas, marcaram acontecimentos que culminaram, décadas mais tarde, numa página da história da sociedade inglesa conhecida como Revolução Gloriosa. Neste cenário:

a) a economia inglesa, diante da instabilidade política, teve um desenvolvimento irregular no século XIX, atrasando sua industrialização frente a outros países.

Comentário:

O fim da Revolução Inglesa, com a coroação de Guilherme III e a instituição da monarquia constitucional, propiciou o surgimento de um cenário propício ao desenvolvimento econômico, tornando a Inglaterra o berço da Revolução Industrial, a qual atingiria o seu apogeu durante o século XIX, século da chamada *Pax britanica.* Item errado.

b) a monarquia absolutista inglesa, reconhecendo suas limitações, tomou a iniciativa na criação do Bill of Rights, evitando novas guerras civis no país.

Comentário:

A *Bill of Rights (*Declaração de Direitos de 1689) foi um documento basilar para a formação da monarquia constitucional inglesa. Criada pelo Parlamento inglês após a derrocada do rei Jaime II, a Carta foi aceita pelo rei Guilherme III e sua esposa, Maria II, antes mesmo de ascenderem ao trono, em um gesto que apontava para a pacificação das relações entre a Coroa e o Parlamento, tão abaladas desde o início da Revolução. Item correto.

c) as medidas absolutistas insuflaram questionamentos na sociedade inglesa, favorecendo mudanças e rupturas na estrutura política do país.

Comentário:

Muito cuidado pessoal! Esta questão faz referência à Revolução Gloriosa, fase final do período revolucionário inglês, contexto em que a monarquia absoluta inglesa já havia cedido lugar a uma nova configuração política, onde o Parlamento assumira as prerrogativas governativas outrora pertencentes exclusivamente ao Rei. Item errado.

d) as características absolutistas da monarquia inglesa a afastavam do modelo constitucional que, desde o final da Idade Média, predominava na Europa.

Comentário:

O absolutismo era predominante em praticamente toda a Europa, e não somente na Inglaterra. Aliás, será este país o primeiro a justamente abandonar o absolutismo em favor do constitucionalismo. Item errado.

4) **(ENEM – 2012)**

Que é ilegal a faculdade que se atribui à autoridade real para suspender as leis ou seu cumprimento. Que é ilegal toda cobrança de impostos para a Coroa sem o concurso do Parlamento, sob pretexto de prerrogativa, ou em época e modo diferentes dos designados por ele próprio. Que é indispensável convocar com frequência os Parlamentos para satisfazer os agravos, assim como para corrigir, afirmar e conservar as leis.
Declaração dos Direitos. Disponível em http://disciplinas.stoa.usp.br. Acesso em: 20 dez. 2011 (adaptado).

No documento de 1689, identifica-se uma particularidade da Inglaterra diante dos demais Estados europeus na Época Moderna. A peculiaridade inglesa e o regime político que predominavam na Europa continental estão indicados, respectivamente, em:

a) Redução da influência do papa — Teocracia.
b) Limitação do poder do soberano — Absolutismo.
c) Ampliação da dominação da nobreza — República.
d) Expansão da força do presidente — Parlamentarismo.
e) Restrição da competência do congresso — Presidencialismo.

Comentário:

O par da opção "B" caracteriza a monarquia constitucionalista surgida a partir do fim da Revolução Gloriosa inglesa e o principal regime político em voga no restante da Europa até o fim do século XVIII. Item correto: B.

5) **(UFV – 2010)**

Sobre as Revoluções Inglesas do século XVII, é CORRETO afirmar que:

a) Oliver Cromwell evitou a centralização do poder quando se tornou o Lorde Protetor da Inglaterra em 1653, pois repudiava o poder absolutista.

Comentário:

Após assumir o poder, Oliver Cromwell centralizou o poder em torno de si, sobretudo após a dissolução do Parlamento, em 1653. Item errado.

b) após a guerra civil da década de 1640, o rei Carlos I foi executado e a República na Inglaterra foi estabelecida temporariamente.

Comentário:

O regicídio (morte do Rei Carlos I) ocorreu por autorização do Parlamento, e deu origem a um breve regime de características republicanas, sob a liderança de Oliver Cromwell. Item correto.

c) Guilherme de Orange, um dos líderes do Exército Revolucionário que lutou na década de 1640 contra o poder absolutista do rei Carlos I, foi coroado como o novo rei inglês.

Comentário:

Guilherme de Orange não lutou na revolução de 1640 (se quer era vivo neste ano), mas sim na Revolução Gloriosa de 1689, evento marcado por sua marcha até a Inglaterra (pois era holandês), pela qual depôs, com o apoio do Parlamento, Jaime II e ascendeu ao trono como Guilherme III. Item errado.

d) a Revolução Gloriosa (1688) representou a ascensão ao poder dos grupos sociais mais radicais que aboliram a propriedade privada.

Comentário:

A Revolução Gloriosa recebe esta nomenclatura justamente por praticamente não ter sido marcada por derramamento de sangue. A partir dela, e do estabelecimento da monarquia constitucional, a burguesia mercantil, aliada à nobreza rural, passa a ganhar grande protagonismo nacional. Portanto, este contexto é marcado pela pacificação da política inglesa, e não por sua radicalização. Item errado.

6) **(PUC-Rio – 2006)**

Em 1688-1689, a sociedade inglesa vivenciou o episódio então denominado de Revolução Gloriosa. Entre suas características, destaca-se a promulgação do "Bill of Rights", uma espécie de declaração de direitos que passava a regulamentar os poderes do monarca e do Parlamento. Sobre a importância e os significados do "Bill of Rights", assinale a única afirmativa CORRETA.

a) Houve o fortalecimento das atribuições do Parlamento frente ao poder decisório do monarca, instaurando um conjunto de leis que regulavam, inclusive, a atuação do soberano.

Comentário:

A Revolução Gloriosa pôs um fim definitivo no absolutismo monárquico, inaugurando a monarquia constitucional, a qual passou a ser regulada pelo Parlamento. Item correto.

b) Houve a deposição de Guilherme III, sob a acusação de ter elevado impostos sem o consentimento prévio do Parlamento, como era previsto pelo "Bill of Rights".

Comentário:

A Revolução Gloriosa depôs o rei Jaime II. Aliás, a *Bill of Rights* apenas foi promulgada em 1689, pouco antes da coroação de Guilherme III. Item errado.

c) Instituiu-se a tolerância religiosa, estabelecendo severas punições para qualquer tipo de discriminação ou perseguição, em especial com relação aos que professassem a religião católica.

Comentário:

Todo o período revolucionário foi marcado pela intensa intolerância religiosa, sobretudo por parte dos grupos protestantes puritanos em relação à minoria católica inglesa. A Revolução Gloriosa não pôs fim a este cenário, pois uma de suas principais motivações foi justamente o fato do Rei Jaime II professar o catolicismo romano, o que desagradava a maioria protestante. Item errado.

d) Houve a ascensão política da burguesia comercial, destituindo progressivamente dos cargos ministeriais os representantes dos "landlords" e demais grupos aristocráticos.

Comentário:

Apesar deste item acertar em apontar a ascensão da burguesia comercial como uma das principais consequências da Revolução Gloriosa, ele erra ao dizer que, com isto, a aristocracia teria perdido poder, pois, ao contrário do que viria a ocorrer em grande parte da Europa, sobretudo na França de 1789, na Inglaterra pós-revolucionária nobreza e burguesia se uniriam em torno de um pacto político. Item errado.

e) Instituiu-se o direito de propriedade e, de forma complementar, promulgaram-se leis que garantiram a defesa do trabalho livre e dos pequenos proprietários frente a ameaças tais como a servidão por dívidas.

Comentário:

Não houve defesas do tipo como decorrência da Revolução Gloriosa. Item errado.

7) **(UECE – 2008)**

Sobre as Revoluções Burguesas, são feitas as seguintes afirmações:

I. Consolidam o liberalismo e marcam mudanças nas estruturas econômicas, políticas e sociais de suas respectivas sociedades.

Comentário:

A consolidação do liberalismo político e econômico foi uma das principais consequências das Revoluções burguesas, sobretudo a inglesa, francesa e as liberais do início do século XIX. Correto.

II. Têm como base a defesa do Antigo Regime e iniciam a transição do feudalismo para o capitalismo.

Comentário:

Item totalmente errado! As Revoluções burguesas marcam, justamente, uma reação da burguesia às estruturas do Antigo Regime. Errado.

III. Seus exemplos mais expressivos são: Revolução Inglesa (1644), Revolução Americana (1776) e Revolução Francesa (1789).

Comentário:

Item muito simples. Os eventos e as datas estão acertadas.

Assinale o item correto.

a) Apenas as afirmações I e II são verdadeiras.
b) Apenas as afirmações I e III são falsas.
c) Apenas as afirmações II e III são falsas.
d) Apenas as afirmações I e III são verdadeiras.

8) **(PUC-RJ)**

"A Revolução Francesa constitui um dos capítulos mais importantes da longa e descontínua passagem histórica do feudalismo ao capitalismo. Com a Revolução (científica) do século XVII e a Revolução Industrial do século XVIII na Inglaterra, e ainda com a Revolução Americana de 1776, a Grande Révolution lança os fundamentos da História contemporânea".
[Mota, C. G. *A Revolução Francesa*].

Entre as transformações promovidas pela Revolução na França, iniciada em 1789, é CORRETO afirmar que:

a) os privilégios feudais e o regime de servidão foram abolidos destruindo a base social que sustentava o Antigo Regime absolutista francês.

Comentário:

A Revolução Francesa (1789-1799) marcou o fim do Antigo Regime francês e de suas bases estruturais, dentre elas os privilégios do 1º e 2º estados e a servidão ainda praticada. Item correto.

b) a Revolução aboliu o trabalho servil e fortaleceu o clero católico instituindo uma série de medidas de caráter humanista.

Comentário:

O clero católico, representante do 1º estado, perdeu grande poder político face ao transcorrer da Revolução. Item errado.

c) os revolucionários derrubaram o rei e proclamaram uma República fundamentada no igualitarismo radical na qual a propriedade privada foi abolida.

Comentário:

Duplo pega! Primeiramente, a Revolução, em seu início, não derrubou o rei Luís XVI, mas sim limitou o seu poder régio. Sua morte ocorreu apenas entre 1792-93, ano de transição para o período jacobino, ou do Terror, contexto no qual medidas radicais foram adotados pelas lideranças locais, não levando, no entanto, à abolição da propriedade privada, ainda que isto tenha sido intentado por grande parte dos Jacobinos. Item errado.

d) a Revolução rompeu os laços com a Igreja católica iniciando uma reforma de cunho protestante que se aproximava dos ideais da ética do capitalismo moderno.

Comentário:

A Revolução Francesa, apesar de ter rompido com o clero católico, não teve, por sua vez, um caráter protestante, como afirma o item, mas sim tons de radical laicidade. Item errado.

e) a Revolução, mesmo em seu momento mais radical, não foi capaz de romper com as formas de propriedade e trabalho vigentes no antigo regime.

Comentário:

A Revolução pôs fim à servidão, regime de trabalho de origem medieval ainda existente na França. Ademais, no desenrolar da Revolução, propriedades de terra pertencentes ao 1º e 2º estados foram expropriadas pelo governo revolucionário. Item errado.

9) **(Fuvest – 2013)**

Oh! Aquela alegria me deu náuseas. Sentia-me ao mesmo tempo satisfeito e descontente. E eu disse: tanto melhor e tanto pior. Eu entendia que o povo comum estava tomando a justiça em suas mãos. Aprovo essa justiça, mas poderia não ser cruel? Castigos de todos os tipos, arrastamentos e esquartejamentos, tortura, a roda, o cavalete, a fogueira, verdugos proliferando por toda parte trouxeram tanto prejuízo aos nossos costumes! Nossos senhores colherão o que semearam.

Graco Babeuf, citado por R. Darnton. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 31. Adaptado.

O texto é parte de uma carta enviada por Graco Babeuf à sua mulher, no início da Revolução Francesa de 1789. O autor:

a) discorda dos propósitos revolucionários e defende a continuidade do Antigo Regime, seus métodos e costumes políticos.

Comentário:

O autor defende a legitimidade das pretensões do "povo comum", e, portanto, aprova a sua indignação face às estruturais desiguais do Antigo Regime. No entanto, desaprova os atos cruéis tomados pelos revolucionários. Item errado.

b) apoia incondicionalmente as ações dos revolucionários por acreditar que não havia outra maneira de transformar o país.

Comentário:

Como dito acima, o autor não apoiou de forma incondicional as ações revolucionários, ao menos não em relação às ações mais radicais e cruéis. Item errado.

c) defende a criação de um poder judiciário, que atue junto ao rei.

Comentário:

O autor não trata deste tema. Item errado.

d) caracteriza a violência revolucionária como uma reação aos castigos e à repressão antes existentes na França.

Comentário:

De fato, o autor sugere essa caracterização, ainda que desaprove tais métodos. Item correto.

e) aceita os meios de tortura empregados pelos revolucionários e os considera uma novidade na história francesa.

Comentário:

Olhar os comentários dos itens a) e b). Item errado.

10) **(UNB – 2012)**

No processo da Revolução Francesa, quando destruíram os últimos resquícios do feudalismo na eufórica noite de 4 de agosto de 1789, os deputados concordaram em manter o dízimo da Igreja, em vez de simplesmente aboli-lo sem qualquer compensação. Mas, desde então, houve sinais de que a promessa seria abandonada. "Eles desejam ser livres, mas não sabem ser justos", reclamou o abade de Seyès, referindo-se a alguns colegas da Assembleia. Robespierre não era nem antipadres nem anticlerical; é difícil determinar sua posição quanto ao futuro da Igreja na Revolução. Às vezes, era veemente crítico e, em outras vezes, retornava à interpretação da doutrina cristã, pois, a seu ver, o cristianismo era a religião dos pobres e daqueles de coração puro — riqueza chamativa e luxo não deveriam fazer parte dele. Os pobres, segundo ele, eram oprimidos não apenas pela fome, mas também pelo espetáculo escandaloso de clérigos autoindulgentes, que esbanjavam insensivelmente o que pertencia aos pobres por direito.
Ruth Scurr. *Pureza fatal*: Robespierre e a Revolução Francesa. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2009, p. 140-1 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens a seguir.

a) A invasão da Península Ibérica, etapa do expansionismo francês conduzido por Bonaparte, gerou cenário estimulador do processo de independência das colônias espanholas e portuguesa na América.

Comentário:

A invasão das tropas napoleônicas à Península Ibérica causou grande agitação nas estruturas coloniais mantidas por Portugal e Espanha nas Américas, levando, posteriormente, ao despontar do processo de independências locais. Item correto.

b) As características aristocráticas, conservadoras e eclesiásticas do sistema feudal, que impediam práticas comerciais e financeiras, explicam a sobrevivência desse sistema até 1789.

Comentário:

Mesmo antes de 1789 as práticas feudais, ao menos em relação às questões econômicas, já se encontrava em extinção, sobretudo por conta das práticas mercantis, em expansão desde o fim do período medieval. Item errado.

c) O dízimo, imposto que abrangia o universo dos cristãos, possibilitou que os papas, desde a Idade Média até o final do Antigo Regime, destinassem a Roma 10% da riqueza produzida na Europa, o que transformou a Igreja na principal instituição a ser combatida pelos iluministas e revolucionários do século XVIII.

Comentário:

A maior parte dos valores acumulados com os dízimos pagos em toda a Europa não eram destinados à Roma, pois a maior parte era mantida dentro dos próprios reinos arrecadadores. Item errado.

d) A Reforma, ocorrida quase três séculos antes da Revolução Francesa, constituiu evento de ruptura no interior do cristianismo. Entre outros aspectos, ela condenava o espetáculo pouco cristão dos eclesiásticos católicos, quer no plano econômico, quer no plano dos costumes.

Comentário:

A Reforma Protestante, iniciada no século XVI, teve como uma de suas premissas o combate de determinadas práticas internas ao catolicismo, sobretudo em relação ao comportamento de grande parte do clero. Item correto.

e) A forma como a autora do texto refere-se ao abade de Seyès e a Robespierre permite compreender a convivência, no auge dos acontecimentos da Revolução Francesa, de duas perspectivas, a tradicional e a moderna, assumidas, inclusive, por um mesmo indivíduo.

Comentário:

O texto deixa claro que o pensamento de Robespierre reunia pontos tanto favoráveis quanto contrários ao clero francês. Item correto.

f) Os miseráveis da época mencionada no texto não eram representantes da totalidade do povo, o qual, como categoria social, compreendia também indivíduos e grupos que estavam além da linha de miséria. Essa categoria teria, em seguida, seu significado ampliado ao nível político da nação.

Comentário:

O Terceiro estado, referido pelo termo "miseráveis", não incluía somente membros pertencentes às camadas mais pobres da sociedade francesa, como também burgueses e outros membros ricos, desprovidos de privilégios sociais e/ou jurídicos, a despeito de sua situação econômica privilegiada. Item correto.

11) **(UFTM)**

A cada um a sua função e o seu lugar na terra. No topo estão os religiosos, intermediários indispensáveis entre a cidade terrestre e a cidade celeste (...). Depois vêm os nobres, que receberam da Providência a qualidade de guerreiros e estão, portanto, investidos da missão de manutenção da ordem. Finalmente, para o último lugar são relegados os trabalhadores, destinados ao trabalho e ao sofrimento para o bem comum.
(Pierre Bonnassie. *Dicionário de história medieval*, 1985. Adaptado.)
O texto faz referência:

a) a um tipo de organização social que se apoiava nas diferentes aptidões dos seres humanos.

Comentário:

Pega!! De fato, apesar de tratar de "aptidões", o texto deixa claro que as mesmas procedem de um ordenamento natural, oriundo de dos desígnios de Deus. Item errado.

b) às crenças milenaristas, segundo as quais apenas os pobres alcançariam o reino dos céus.

Comentário:

O texto não se refere ao milenarismo ou afins. Item errado.

c) à igualdade social, que caracteriza a sociedade ocidental desde a Antiguidade.

Comentário:

O texto deixa claro a existência de desníveis naturais entre os diferentes estamentos sociais. Item errado.

d) ao antropocentrismo, que reservava lugar de destaque para a vontade dos indivíduos.

Comentário:

A visão teocêntrica é predominante no texto, e não a antropocêntrica. Item errado.

e) à divisão da sociedade em três ordens, colocada em xeque pela Revolução Francesa.

Comentário:

Exato! O texto se refere aos três estados do antigo regime francês: o clero (1º estado), a nobreza (2º estado) e o restante da população (3º estado). Item correto.

12) **(UNB – 2011)**

A Revolução Francesa representou um momento crucial de expansão de direitos no mundo ocidental. Tal expansão, no entanto, desencadeou, ao longo dos séculos XIX e XX, complexo processo em que nem todos esses direitos foram, simultaneamente, concedidos a todos os grupos sociais. Acerca do processo da expansão de direitos civis, políticos e sociais na França, nos vinte anos subsequentes ao início da Revolução Francesa, é correto afirmar que:

a) a Constituição francesa de 1791 aboliu a escravidão tanto no território metropolitano quanto nas zonas coloniais, conferindo, com isso, direitos civis e políticos aos ex-escravos.

Comentário:

A abolição da escravidão ocorrerá somente em 1794. Item errado.

b) o Estado francês, logo nos primeiros anos após a tomada da Bastilha, passou a garantir direitos políticos aos homens de proveniência protestante e judia que residiam no território francês.

Comentário:

A garantia de direitos políticos a todos os cidadãos franceses, independentemente do credo professado, foi ponto basilar do ideário revolucionário, sobretudo devido ao seu caráter laico. Item correto.

c) o Código Civil francês, instituído por Napoleão Bonaparte, concedeu às mulheres direitos políticos, como o de votar nas eleições municipais e nas eleições para o parlamento nacional.

Comentário:

O Código civil francês, ou Código napoleônico, restringia direitos já consolidados das mulheres, ao invés de ampliá-los, como afirma o item acima. Item errado.

d) o período da Convenção Nacional, sob o comando dos jacobinos, caracterizou-se pela ampla proteção aos direitos civis por parte do Estado.

Comentário:

Não por um acaso, o período de domínio dos Jacobinos é conhecido como o "período do Terror", ou do "Grande Medo". A frente do governo, os jacobinos deram início a um contexto de perseguições políticas e execuções sumárias de inimigos da facção jacobina, sob a acusação de traição ao ideal revolucionário. Item errado.

13) **(ENEM – 2010)**

Em nosso país queremos substituir o egoísmo pela moral, a honra pela probidade, os usos pelos princípios, as conveniências pelos deveres, a tirania da moda pelo império da razão, o desprezo à desgraça pelo desprezo ao vício, a insolência pelo orgulho, a vaidade pela grandeza de alma, o amor ao dinheiro pelo amor à glória, a boa companhia pelas boas pessoas, a intriga pelo mérito, o espirituoso pelo gênio, o brilho pela verdade, o tédio da volúpia pelo encanto da felicidade, a mesquinharia dos grandes pela grandeza do homem.
HUNT, L. Revolução Francesa e Vida Privada. In: PERROT, M. (Org.) *História da Vida Privada*: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 (adaptado).

O discurso de Robespierre, de 5 de fevereiro de 1794, do qual o trecho transcrito é parte, relaciona-se a qual dos grupos político-sociais envolvidos na Revolução Francesa?

a) À alta burguesia, que desejava participar do poder legislativo francês como força política dominante.

b) Ao clero francês, que desejava justiça social e era ligado à alta burguesia.

c) A militares oriundos da pequena e média burguesia, que derrotaram as potências rivais e queriam reorganizar a França internamente.

d) À nobreza esclarecida, que, em função do seu contato, com os intelectuais iluministas, desejava extinguir o absolutismo francês.

e) Aos representantes da pequena e média burguesia e das camadas populares, que desejavam justiça social e direitos políticos.

Comentário:
Os jacobinos eram os principais representantes destes grupos sociais, ao contrário dos girondinos, que buscavam representar os interesses da alta burguesia. Item correto: e)

Exercícios apresentados

Prova do CACD de 2014, questão 51

A respeito do contexto da denominada Revolução Gloriosa (1688-1689), julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. A Revolução Gloriosa marcou o início de uma nova etapa da relação entre os monarcas ingleses e o Parlamento, cimentada pelo *Bill of Rights* (Declaração de Direitos), em 1689, na qual se estabeleceu que os reis, a partir daquele momento, necessitariam do aval dos representantes políticos para implementar medidas que afetassem áreas importantes da vida no reino.

2. Originária da Escócia, a dinastia dos Stuart reinava na Inglaterra desde a morte de Elizabete I, em 1603, apesar das constantes pressões políticas da oposição anglicana, que não se conformava com a entronização de uma linhagem católica.

3. Em 1688, com a deposição de Jaime II, o parlamento inglês dividiu-se em dois grupos, tories e wighs, cujas características políticas correspondiam ao credo religioso professado: os tories, conservadores, eram católicos; os wighs, liberais, eram anglicanos.

4. Para contornar os problemas políticos criados pelo reinado de Jaime II, a solução sucessória, encontrada na Holanda, foi o genro do monarca inglês, Guilherme de Orange, que invadiu a Inglaterra a pedido da oposição e subiu ao trono como Guilherme III, envolvendo os ingleses em seus projetos de vencer militarmente a França de Luís XIV.

Prova do CACD de 2006, questão 37

"Poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou, ainda, a catástrofe pior de uma revolução européia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de 20 anos para derrotar a primeira, até mesmo dos britânicos, que não simpatizavam com os absolutismos reacionários que se restabeleceram em toda a Europa e sabiam muito bem que as reformas não podiam nem deviam ser evitadas, mas que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo."
Eric J. Hobsbawm. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127.

O texto se reporta ao período da história do mundo ocidental conhecido como Era Revolucionária. Em linhas gerais, entre as últimas décadas do século XVIII e a primeira metade do século XIX, assiste-se ao confronto entre as forças sociais que se batiam pela superação do Antigo Regime e

as que defendiam a manutenção dele, ainda que sob condições e intensidade variáveis. Nesse contexto, com referência à Revolução Francesa, assinale a opção correta.

A O que aconteceu na França a partir de 1789 foi a explosão do sentimento generalizado de repulsa a um absolutismo crescentemente anacrônico, ainda que amenizado pelo reformismo assumido pela dinastia Bourbon, a qual empreendera estratégia de conferir ao regime ares de pretensa modernidade — o despotismo esclarecido.

B Entende-se a Revolução Francesa como um processo que não se esgota rapidamente, com períodos de maior ou menor intensidade do fervor revolucionário. De todas as fases desse processo, a Convenção Nacional, dominada pelos jacobinos, foi a que conferiu caráter mais radical à Revolução, de que são exemplos o fim da monarquia, a adoção do sufrágio universal e o grande número de execuções de adversários.

C O pensamento iluminista, mesmo restrito a alguns países da Europa ocidental no transcurso do século XVIII, foi decisivo para a eclosão da Era Revolucionária. Entre seus principais expoentes, Voltaire se destaca, por ter formulado a teoria da separação dos poderes, fundamental para a contestação ao Estado absolutista.

D Por simbolizar a luta contra o despotismo, a Revolução Francesa foi alvo da reação conjunta dos defensores do Antigo Regime, na qual se sobressaiu a Inglaterra, a quem convinha a manutenção da estrutura de poder absolutista para a expansão de negócios financeiros e para a abertura de mercados para seus produtos industrializados.

E Graças a Napoleão Bonaparte, liderança que emergiu na última fase da Revolução Francesa, o processo revolucionário iniciado em 1789 adquiriu feições de movimento essencialmente popular, como demonstra o isolamento político da classe burguesa.

Prova do CACD de 2010, caderno D, questão 60

Assinale a opção correta com relação às transformações institucionais introduzidas pela Revolução Francesa.

A A conscrição maciça de homens solteiros entre 18 e 25 anos, medida precursora do recrutamento militar obrigatório.

B A concessão de voto universal, independentemente de renda.

C A tentativa bem-sucedida de aprovação de um código civil, já em 1789.

D A separação entre Igreja e Estado, uma das principais reformas da Assembleia Nacional no ano de 1789.

E A instituição de um sistema de compra de cargos públicos, em substituição ao sistema hereditário existente no Antigo Regime.

Prova do CACD de 2013, questão 46

A execução de Carlos I, em 30 de janeiro de 1649, foi decisão do Parlamento inglês que simbolizou o fim do absolutismo na Inglaterra e comprometeu o mito da identificação entre poder real e sua origem divina. Manifestação inicial da crise do Antigo Regime, a Revolução Inglesa do século XVII foi o ponto de partida da Era das Revoluções, que, entre fins do século XVIII e primeira metade do século XIX, iria desvelar o mundo contemporâneo. Relativamente a esse processo histórico, assinale a opção correta.

A A Revolução Francesa de 1789 marcou o perfil ideológico das revoluções burguesas, dado seu caráter liberal e pioneiramente democrático, que acompanhou todo o processo revolucionário, da queda da Bastilha à ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder.

B A Revolução Puritana de 1640 e a Revolução Gloriosa de 1688, ainda que integrantes de um mesmo contexto, são distintas nos propósitos e nos meios utilizados, visto que a segunda se insurgiu contra o Parlamento, mas procurou manter incólume o poder monárquico.

C Dois motivos excluem a Revolução Industrial do conjunto de revoluções burguesas que sepultaram o Antigo Regime: ter mantido em aberto o processo de transição do feudalismo ao capitalismo e ter exercido diminuta influência na transformação política dos países que se industrializavam.

D Chamados iluministas, pensadores europeus do século XVIII — especialmente franceses — revolucionaram intelectualmente o mundo moderno ao atacarem com vigor a injustiça, a intolerância religiosa e os privilégios, preparando o terreno para as revoluções que destruiriam o Antigo Regime.

E Considerada a primeira revolução americana, a independência das 13 colônias inglesas da América do Norte foi facilitada pela homogeneidade da colonização e pela decisão da Inglaterra de não reagir militarmente ao movimento separatista, para assegurar a continuidade dos negócios na região.

Fundação Getúlio Vargas – 2013

"A Reforma, a despeito de sua hostilidade à magia, estimulara o espírito de profecia. A abolição dos intermediários entre o homem e a divindade, bem como a ênfase na consciência individual, deixavam Deus falar diretamente a seus eleitos. Era obrigação destes tornar conhecida a Sua mensagem. E Deus não fazia acepção de pessoas: preferia falar a John Knox do que à sua rainha, Maria Stuart da Escócia. O próprio Knox agradeceu a Deus ter-lhe dado o dom de profetizar, que assim estabelecia que ele era um homem de boa-fé. Na Inglaterra, as décadas revolucionárias deram ampla difusão ao que praticamente constituía uma profissão nova – a do profeta, quer na qualidade de intérprete dos astros, ou dos mitos populares tradicionais, ou, ainda, da Bíblia."
HILL, Christopher. O mundo de ponta-cabeça. Ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 103.

O texto se refere ao ambiente político e religioso da Inglaterra no século XVII. A esse respeito é correto afirmar:

a) A insatisfação popular na Inglaterra era decorrente da perspectiva protestante de manter os sacerdotes como intermediários entre Deus e os homens.
b) Os revolucionários basearam-se em princípios estritamente racionais e científicos, em uma nítida ruptura com as crenças e o profetismo da época.
c) Apesar de todas as disputas religiosas dos séculos XVI e XVII, os monarcas ingleses mantiveram-se neutros, o que permitiu a preservação da monarquia.
d) Para os revolucionários ingleses, Deus considerava apenas os parlamentares como pessoas aptas a transmitir a doutrina e indicar os caminhos da salvação.
e) A movimentação revolucionária esteve vinculada aos conflitos religiosos decorrentes da chamada Reforma Protestante iniciada no século XVI.

(UEM – 2012)

No século XVII, na Inglaterra, e no final do século XVIII, na França, ocorreram processos revolucionários que são conhecidos como revoluções burguesas. A esse respeito, assinale a(s) alternativa(s) correta(s).

01) Na França do Antigo Regime, o primeiro e o segundo estados, clero e nobreza, detinham direitos exclusivos, tais como a isenção de pagamento de impostos.
02) Tanto na Inglaterra quanto na França, era disseminada a crença no caráter sagrado do poder dos reis.
03) Embora realizada em nome da liberdade e da igualdade, os revolucionários franceses mantiveram os privilégios jurídicos da nobreza.
04) A revolução gloriosa, no final do século XVII, estabeleceu a república na Inglaterra. Somente no início do século XVIII, a monarquia foi restaurada e se estabeleceu o parlamentarismo.
05) Na obra O Leviatã, Thomas Hobbes defendeu o primado da razão sobre a fé, o direito à autodeterminação dos povos e fez a defesa da república.

(UFU – 2012)

Entre os eventos que merecem destaque na consolidação do absolutismo inglês estão o embate entre os York e os Lancaster, na Guerra das Duas Rosas, o controle dos nobres por Henrique VII e, finalmente, as ações de Henrique VIII, que rompeu com o papa e fundou a Igreja Anglicana, mantida sob sua tutela. Com a morte de Henrique VIII e a ascensão de Elizabeth I, o absolutismo inglês conheceu seu período de maturidade. As ações de Elizabeth I e de seus sucessores, adotando medidas mercantilistas, criando companhias de comércio, dissolvendo o Parlamento, exigindo pensão vitalícia e criando taxas, marcaram acontecimentos que culminaram, décadas mais tarde, numa página da história da sociedade inglesa conhecida como Revolução Gloriosa. Neste cenário:

a) a economia inglesa, diante da instabilidade política, teve um desenvolvimento irregular no século XIX, atrasando sua industrialização frente a outros países.
b) a monarquia absolutista inglesa, reconhecendo suas limitações, tomou a iniciativa na criação do Bill of Rights, evitando novas guerras civis no país.
c) as medidas absolutistas insuflaram questionamentos na sociedade inglesa, favorecendo mudanças e rupturas na estrutura política do país.

d) as características absolutistas da monarquia inglesa a afastavam do modelo constitucional que, desde o final da Idade Média, predominava na Europa.

(ENEM – 2012)

Que é ilegal a faculdade que se atribui à autoridade real para suspender as leis ou seu cumprimento. Que é ilegal toda cobrança de impostos para a Coroa sem o concurso do Parlamento, sob pretexto de prerrogativa, ou em época e modo diferentes dos designados por ele próprio. Que é indispensável convocar com frequência os Parlamentos para satisfazer os agravos, assim como para corrigir, afirmar e conservar as leis.
Declaração dos Direitos. Disponível em http://disciplinas.stoa.usp.br. Acesso em: 20 dez. 2011 (adaptado).

No documento de 1689, identifica-se uma particularidade da Inglaterra diante dos demais Estados europeus na Época Moderna. A peculiaridade inglesa e o regime político que predominavam na Europa continental estão indicados, respectivamente, em:

a) Redução da influência do papa — Teocracia.
b) Limitação do poder do soberano — Absolutismo.
c) Ampliação da dominação da nobreza — República.
d) Expansão da força do presidente — Parlamentarismo.
e) Restrição da competência do congresso — Presidencialismo.

(UFV – 2010)

Sobre as Revoluções Inglesas do século XVII, é CORRETO afirmar que:

a) Oliver Cromwell evitou a centralização do poder quando se tornou o Lorde Protetor da Inglaterra em 1653, pois repudiava o poder absolutista.
b) após a guerra civil da década de 1640, o rei Carlos I foi executado e a República na Inglaterra foi estabelecida temporariamente.
c) Guilherme de Orange, um dos líderes do Exército Revolucionário que lutou na década de 1640 contra o poder absolutista do rei Carlos I, foi coroado como o novo rei inglês.
d) a Revolução Gloriosa (1688) representou a ascensão ao poder dos grupos sociais mais radicais que aboliram a propriedade privada.

(PUC-Rio – 2006)

Em 1688-1689, a sociedade inglesa vivenciou o episódio então denominado de Revolução Gloriosa. Entre suas características, destaca-se a promulgação do "Bill of Rights", uma espécie de declaração de direitos que passava a regulamentar os poderes do monarca e do Parlamento. Sobre a importância e os significados do "Bill of Rights", assinale a única afirmativa CORRETA.

a) Houve o fortalecimento das atribuições do Parlamento frente ao poder decisório do monarca, instaurando um conjunto de leis que regulavam, inclusive, a atuação do soberano.

b) Houve a deposição de Guilherme III, sob a acusação de ter elevado impostos sem o consentimento prévio do Parlamento, como era previsto pelo "Bill of Rights".
c) Instituiu-se a tolerância religiosa, estabelecendo severas punições para qualquer tipo de discriminação ou perseguição, em especial com relação aos que professassem a religião católica.
d) Houve a ascensão política da burguesia comercial, destituindo progressivamente dos cargos ministeriais os representantes dos "landlords" e demais grupos aristocráticos.
e) Instituiu-se o direito de propriedade e, de forma complementar, promulgaram-se leis que garantiram a defesa do trabalho livre e dos pequenos proprietários frente a ameaças tais como a servidão por dívidas.

(UECE – 2008)

Sobre as Revoluções Burguesas, são feitas as seguintes afirmações:

I. Consolidam o liberalismo e marcam mudanças nas estruturas econômicas, políticas e sociais de suas respectivas sociedades.
II. Têm como base a defesa do Antigo Regime e iniciam a transição do feudalismo para o capitalismo.
III. Seus exemplos mais expressivos são: Revolução Inglesa (1644), Revolução Americana (1776) e Revolução Francesa (1789).

Assinale o item correto.

a) Apenas as afirmações I e II são verdadeiras.
b) Apenas as afirmações I e III são falsas.
c) Apenas as afirmações II e III são falsas.
d) Apenas as afirmações I e III são verdadeiras.

(PUC-RJ)

"A Revolução Francesa constitui um dos capítulos mais importantes da longa e descontínua passagem histórica do feudalismo ao capitalismo. Com a Revolução (científica) do século XVII e a Revolução Industrial do século XVIII na Inglaterra, e ainda com a Revolução Americana de 1776, a Grande Révolution lança os fundamentos da História contemporânea".
[Mota, C. G. *A Revolução Francesa*].

Entre as transformações promovidas pela Revolução na França, iniciada em 1789, é CORRETO afirmar que:

a) os privilégios feudais e o regime de servidão foram abolidos destruindo a base social que sustentava o Antigo Regime absolutista francês.
b) a Revolução aboliu o trabalho servil e fortaleceu o clero católico instituindo uma série de medidas de caráter humanista.
c) os revolucionários derrubaram o rei e proclamaram uma República fundamentada no igualitarismo radical na qual a propriedade privada foi abolida.
d) a Revolução rompeu os laços com a Igreja católica iniciando uma reforma de cunho protestante que se aproximava dos ideais da ética do capitalismo moderno.

e) a Revolução, mesmo em seu momento mais radical, não foi capaz de romper com as formas de propriedade e trabalho vigentes no antigo regime.

(Fuvest – 2013)

Oh! Aquela alegria me deu náuseas. Sentia-me ao mesmo tempo satisfeito e descontente. E eu disse: tanto melhor e tanto pior. Eu entendia que o povo comum estava tomando a justiça em suas mãos. Aprovo essa justiça, mas poderia não ser cruel? Castigos de todos os tipos, arrastamentos e esquartejamentos, tortura, a roda, o cavalete, a fogueira, verdugos proliferando por toda parte trouxeram tanto prejuízo aos nossos costumes! Nossos senhores colherão o que semearam.
Graco Babeuf, citado por R. Darnton. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 31. Adaptado.

O texto é parte de uma carta enviada por Graco Babeuf à sua mulher, no início da Revolução Francesa de 1789. O autor:

a) discorda dos propósitos revolucionários e defende a continuidade do Antigo Regime, seus métodos e costumes políticos.
b) apoia incondicionalmente as ações dos revolucionários por acreditar que não havia outra maneira de transformar o país.
c) defende a criação de um poder judiciário, que atue junto ao rei.
d) caracteriza a violência revolucionária como uma reação aos castigos e à repressão antes existentes na França.
e) aceita os meios de tortura empregados pelos revolucionários e os considera uma novidade na história francesa.

(UNB – 2012)

No processo da Revolução Francesa, quando destruíram os últimos resquícios do feudalismo na eufórica noite de 4 de agosto de 1789, os deputados concordaram em manter o dízimo da Igreja, em vez de simplesmente aboli-lo sem qualquer compensação. Mas, desde então, houve sinais de que a promessa seria abandonada. "Eles desejam ser livres, mas não sabem ser justos", reclamou o abade de Seyès, referindo-se a alguns colegas da Assembleia. Robespierre não era nem antipadres nem anticlerical; é difícil determinar sua posição quanto ao futuro da Igreja na Revolução. Às vezes, era veemente crítico e, em outras vezes, retornava à interpretação da doutrina cristã, pois, a seu ver, o cristianismo era a religião dos pobres e daqueles de coração puro — riqueza chamativa e luxo não deveriam fazer parte dele. Os pobres, segundo ele, eram oprimidos não apenas pela fome, mas também pelo espetáculo escandaloso de clérigos autoindulgentes, que esbanjavam insensivelmente o que pertencia aos pobres por direito.
Ruth Scurr. *Pureza fatal*: Robespierre e a Revolução Francesa. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2009, p. 140-1 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens a seguir.

a) A invasão da Península Ibérica, etapa do expansionismo francês conduzido por Bonaparte, gerou cenário estimulador do processo de independência das colônias espanholas e portuguesa na América.

b) As características aristocráticas, conservadoras e eclesiásticas do sistema feudal, que impediam práticas comerciais e financeiras, explicam a sobrevivência desse sistema até 1789.
c) O dízimo, imposto que abrangia o universo dos cristãos, possibilitou que os papas, desde a Idade Média até o final do Antigo Regime, destinassem a Roma 10% da riqueza produzida na Europa, o que transformou a Igreja na principal instituição a ser combatida pelos iluministas e revolucionários do século XVIII.
d) A Reforma, ocorrida quase três séculos antes da Revolução Francesa, constituiu evento de ruptura no interior do cristianismo. Entre outros aspectos, ela condenava o espetáculo pouco cristão dos eclesiásticos católicos, quer no plano econômico, quer no plano dos costumes.
e) A forma como a autora do texto refere-se ao abade de Seyès e a Robespierre permite compreender a convivência, no auge dos acontecimentos da Revolução Francesa, de duas perspectivas, a tradicional e a moderna, assumidas, inclusive, por um mesmo indivíduo.
f) Os miseráveis da época mencionada no texto não eram representantes da totalidade do povo, o qual, como categoria social, compreendia também indivíduos e grupos que estavam além da linha de miséria. Essa categoria teria, em seguida, seu significado ampliado ao nível político da nação.

(UFTM)

A cada um a sua função e o seu lugar na terra. No topo estão os religiosos, intermediários indispensáveis entre a cidade terrestre e a cidade celeste (...). Depois vêm os nobres, que receberam da Providência a qualidade de guerreiros e estão, portanto, investidos da missão de manutenção da ordem. Finalmente, para o último lugar são relegados os trabalhadores, destinados ao trabalho e ao sofrimento para o bem comum.
(Pierre Bonnassie. *Dicionário de história medieval*, 1985. Adaptado.)

O texto faz referência:

a) a um tipo de organização social que se apoiava nas diferentes aptidões dos seres humanos.
b) às crenças milenaristas, segundo as quais apenas os pobres alcançariam o reino dos céus.
c) à igualdade social, que caracteriza a sociedade ocidental desde a Antiguidade.
d) ao antropocentrismo, que reservava lugar de destaque para a vontade dos indivíduos.
e) à divisão da sociedade em três ordens, colocada em xeque pela Revolução Francesa.

(UNB – 2011)

A Revolução Francesa representou um momento crucial de expansão de direitos no mundo ocidental. Tal expansão, no entanto, desencadeou, ao longo dos séculos XIX e XX, complexo processo em que nem todos esses direitos foram, simultaneamente, concedidos a todos os grupos sociais. Acerca do processo da expansão de direitos civis, políticos e sociais na França, nos vinte anos subsequentes ao início da Revolução Francesa, é correto afirmar que:

a) a Constituição francesa de 1791 aboliu a escravidão tanto no território metropolitano quanto nas zonas coloniais, conferindo, com isso, direitos civis e políticos aos ex-escravos.
b) o Estado francês, logo nos primeiros anos após a tomada da Bastilha, passou a garantir direitos políticos aos homens de proveniência protestante e judia que residiam no território francês.

c) o Código Civil francês, instituído por Napoleão Bonaparte, concedeu às mulheres direitos políticos, como o de votar nas eleições municipais e nas eleições para o parlamento nacional.
d) o período da Convenção Nacional, sob o comando dos jacobinos, caracterizou-se pela ampla proteção aos direitos civis por parte do Estado.

(ENEM – 2010)

Em nosso país queremos substituir o egoísmo pela moral, a honra pela probidade, os usos pelos princípios, as conveniências pelos deveres, a tirania da moda pelo império da razão, o desprezo à desgraça pelo desprezo ao vício, a insolência pelo orgulho, a vaidade pela grandeza de alma, o amor ao dinheiro pelo amor à glória, a boa companhia pelas boas pessoas, a intriga pelo mérito, o espirituoso pelo gênio, o brilho pela verdade, o tédio da volúpia pelo encanto da felicidade, a mesquinharia dos grandes pela grandeza do homem.
HUNT, L. Revolução Francesa e Vida Privada. In: PERROT, M. (Org.) *História da Vida Privada*: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 (adaptado).

O discurso de Robespierre, de 5 de fevereiro de 1794, do qual o trecho transcrito é parte, relaciona-se a qual dos grupos político-sociais envolvidos na Revolução Francesa?

a) À alta burguesia, que desejava participar do poder legislativo francês como força política dominante.
b) Ao clero francês, que desejava justiça social e era ligado à alta burguesia.
c) A militares oriundos da pequena e média burguesia, que derrotaram as potências rivais e queriam reorganizar a França internamente.
d) À nobreza esclarecida, que, em função do seu contato, com os intelectuais iluministas, desejava extinguir o absolutismo francês.
e) Aos representantes da pequena e média burguesia e das camadas populares, que desejavam justiça social e direitos políticos.

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1.

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2.

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3.

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4.

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5.

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6.

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7.

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8.

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.